

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

CURSO DE MESTRADO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS JOVENS DO ASSENTAMENTO OZIEL
ALVES PEREIRA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EDUARDO MARTINS FERRAZ

**FAE/CBH/UEMG
BELO HORIZONTE**

2017

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

CURSO DE MESTRADO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS JOVENS DO ASSENTAMENTO
OZIEL ALVES PEREIRA**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade
de Educação da Universidade do Estado
de Minas Gerais para exame de defesa.

Linha de Pesquisa: Educação, trabalho e
formação Humana.

Aluno: Eduardo Martins Ferraz
Orientador: Prof. Dr. José Pereira
Peixoto Filho

FAC/CEH/UEMG
Belo Horizonte

2017

CIP – Catalogação na publicação

F381s Ferraz, Eduardo Martins
Os sentidos do trabalho para os jovens do assentamento Oziel Alves Pereira
/ Eduardo Martins Ferraz. - Belo Horizonte, 2017.
96 f. il.; enc.

Dissertação (Mestrado): Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2017.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira Peixoto Filho.

Inclui bibliografia.

1. Assentamento humano – Governador Valadares, MG. 2. Juventude e Movimentos sociais. 3. Economia popular e solidária – Educação. I. Título. II. Peixoto Filho, José Pereira. III. Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação. IV. Assentamento Oziel Alves Pereira.

CDD: 307.14

CDU: 301.18

Dissertação defendida e aprovada em 14 de julho de 2017, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Peireira Peixoto Filho – ORIENTADOR
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Profa. Dra. Karla Cunha Pádua
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Prof. Dr. Antônio de Pádua Nunes Tomasi
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET / MG

Profa. Dra. Aline Choucair Vaz
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação (Suplente)

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET / MG (Suplente)

Para Sheyla, Francisco,Alaide e Arnaldo (*in memoriam*).

AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente à Sheyla e ao Francisco por todo companheirismo, paciência, amor e cumplicidade. Obrigado Alaide minha amada mãe e guerreira de todas as batalhas, gratidão por incentivar meus estudos desde a tenra idade e sempre acreditar na minha capacidade, quero muito que a lembrança dessa conquista permaneça na sua curta memória para sempre. Obrigado aos meus irmãos e irmãs pela compreensão nas ausências. Obrigado aos companheiros da Turma VII do Mestrado em Educação da UEMG principalmente Renata e Edgar, vocês foram fundamentais para o meu aprendizado. Obrigado Cinthia, Cecília e Maria, vocês se mostraram imprescindíveis. Obrigado ao querido Professor Dr. Josemir de Almeida Barros, Professora Dr. Sônia Maria Roseno e demais Professoras do NEPEJA/UEMG. Obrigado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST de Governador Valadares, em especial aos moradores do Assentamento Oziel Alves Pereira que me receberam dispostos a colaborar na construção da pesquisa. Obrigado Terezinha Sabino, mulher guerreira de muitas lutas, a quem eu desejo saúde e vida longa pra seguir na construção de um mundo melhor. Muito obrigado Professora Claudia Alves de Oliveira saiba que as suas colaborações também foram imprescindíveis. Gratidão especial ao Professor Dr. José Pereira Peixoto Filho, meu orientador de pesquisa.

Abrindo um antigo caderno
Foi que eu descobri
Antigamente eu era eterno

Paulo Leminsk

RESUMO

Nesta dissertação proponho assumir a preocupação em colaborar com o entendimento acerca das juventudes do campo, para tanto eu parto do princípio de entender o jovem em uma perspectiva condicional, na qual entender a juventude em uma condição implica considerar todos os seus aspectos históricos, sociais e políticos a diversidade de juventudes dificulta qualquer precisão em sua definição. Portanto, esse entendimento *doestar* jovem amplia a conceituação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual define como jovem a parcela da população brasileira com idade entre 15 e 24 anos. A investigação pautou-se no caráter educativo que envolve ações de participação de uma parcela dessas juventudes: a Juventude do Assentamento Oziel Alves Pereira localizado na região leste do Estado de Minas Gerais na cidade de Governador Valadares. Esse Assentamento possui a representatividade e coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E o objetivo principal foi o de identificar e descrever a(s) definições do trabalho a partir da participação desses jovens na organização do Assentamento bem como nas ações do MST, tendo como referencial os ideais de cooperativismo e associativismo como elementos estruturantes da Economia Popular e Solidária e das atividades de trabalho do MST. A participação política desses jovens é apontada na pesquisa como elemento pedagógico condicionante para elaboração do conceito de trabalho e como fator preponderante para conscientização do processo de criação de identidade a partir da participação dos jovens nas ações do Movimento. Para conhecer tais processos, foram utilizados procedimentos metodológicos próximos da *Pesquisa Participante*, nos quais as entrevistas semiestruturadas, a observação participante e o uso de relatos dos sujeitos entrevistados, se mostraram como mecanismos eficazes na construção dos dados que foram analisados qualitativamente e à luz do referencial bibliográfico da pesquisa. Como resultados são apresentadas as impressões dos jovens investigados, nas quais o sentido do trabalho aparece como forma de sustentação do sistema capitalista. E a participação dos jovens no Movimento é apontada como condicionante dos princípios pedagógicos de cooperação e solidariedade.

Palavras chave: trabalho e educação, sentidos do trabalho, participação, economia popular e solidária, movimentos sociais.

ABSTRACT

In this dissertation I propose to take on the concern to collaborate with the understanding of the youths of the field, so I start from the principle of understanding the young person in a conditional perspective, in which to understand the youth in a condition implies to consider all its historical, social and diversity of youth hinders any precision in its definition. Therefore, this understanding of being young enlarges the concept used by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), which defines as a young person the portion of the Brazilian population aged between 15 and 24 years. The investigation was based on the educational character that involves actions of participation of a portion of these youths: the Youth of the Settlement OzielAlves Pereira located in the eastern region of the State of Minas Gerais in the city of Governador Valadares. This Settlement has the representation and coordination of the Landless Rural Workers Movement (MST). The main objective was to identify and describe the definitions of the work from the participation of these young people in the organization of the Settlement as well as in the actions of the MST, having as reference the ideals of cooperativism and associativism as structuring elements of the Popular Economy and Solidarity and the work activities of the MST. The political participation of these young people is pointed out in the research as a pedagogical element conditioning for elaboration of the concept of work and as a preponderant factor to raise awareness of the process of creation of identity from the participation of young people in the actions of the Movement. In order to know these processes, methodological procedures were used close to the Participant Research, in which the semi-structured interviews, the participant observation and the use of reports of the subjects interviewed, were shown as effective mechanisms in the construction of the data that were analyzed qualitatively and in the light of the referential bibliography of the research. As results are presented the impressions of the young investigated, in which the sense of work appears as a way of sustaining the capitalist system. And the participation of young people in the Movement is indicated as a condition of the pedagogical principles of cooperation and solidarity.

Keywords: work and education, the senses of work, participation, popular and solidarity economy, social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada do assentamento Oziel Alves.....	61
Figura 2: Rua Roseli Celeste Nunes da Silva	61
Figura3: Agrovila do Assentamento Oziel	62
Figura 4: Escola do Assentamento Oziel.....	63
Figura 5: Centro de Formação do Assentamento Oziel.....	64
Figura 6: Audiência pública do MST	65
Figura 7: Conferência dos Vales – Trabalhadores em Educação	67
Figura 8: Conferência de Educação dos Vales - Trabalhadores em Educação	68
Figura 9: Ponto de cultura do Assentamento Oziel	83

Sumário

Introdução	11
1 A participação das Juventudes do Campo nos Movimentos Sociais: implicações na cultura do trabalho	19
2 O contexto de criação do MST e sua implicação como local da Participação Popular.....	32
3 A Economia Popular Solidária como aporte para construção do conceito de trabalho e participação da juventude	41
4 O Assentamento Oziel Alves Pereira e a questão das Juventudes	50
5 O trabalho para os jovens do Assentamento Oziel	61
5.1 O Trabalho no Assentamento Oziel: a produção de significados e sentidos a partir do olhar dos jovens	78
5.2 A participação dos jovens no Assentamento Oziel como ato pedagógico	83
Considerações Finais	87
Referências	92

Introdução

O desenho traçado na pesquisa e materializado nessa dissertação propõe uma investigação acerca do(s) sentido(s) do trabalho entre os jovens de um assentamento de reforma agrária organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento social mantém a representatividade política das famílias de assentados desde a sua criação na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais - O Assentamento Oziel Alves Pereira. A título de orientar a leitura vale explicar que serão utilizadas diferentes formas para referir ou identificar o Assentamento Oziel Pereira Alves, sendo: Assentamento (escrito com letra maiúscula) ou Oziel (como é nomeado entre os assentados), da mesma forma a referência ao MST, que por vezes será chamado apenas de Movimento também escrito com letra maiúscula.

O enfoque da investigação parte da concepção dada ao histórico do MST nos trabalhos de Rocha Reis (2012) e Caldart (2012). O primeiro traz valiosas contribuições acerca do período que antecede a criação formal do Movimento, com ênfase na conjuntura política e na organização dos trabalhadores destacando a participação da igreja católica como difusora do entendimento da posse da terra como direito humano. Aliado a essa discussão o trabalho de Caldart (2012) possibilita o entendimento do MST como local da produção de cultura e a importância da educação na criação da identidade de ser um *Sem Terra do MST*, por meio da participação dos trabalhadores na sua constituição como *movimento social de massa*.

A leitura desses trabalhos possibilitou o entendimento da categoria ‘participação’ como elemento pedagógico de fundamental relevância na formação da identidade do *Sem Terra*. Para compreensão da participação como categoria, levou-se em conta o histórico de organização das atividades de trabalho na criação do Movimento o qual remete à década de 1980, uma vez que o cooperativismo e associativismo agrários aparecem organicamente relacionados ao fortalecimento dos princípios de Economia Popular e Solidária (EPS) no Brasil. Essa constatação surge como as contribuições do Professor Paul Singer (2002), e aparecem na construção dessa investigação, envolvendo participação, educação e o mundo do trabalho, nas perspectivas e nos ideais da economia popular solidária, historicamente atrelado à consolidação do MST como movimento social popular (Singer, 2002).

Segundo Caldart (2012), os processos educativos no MST, originam-se no seu período *gestacional* e possibilitam o enraizamento dos trabalhadores nesse movimento social de massa que reserva para a educação um lugar de destaque na produção de cultura e na construção identitária dos seus pertencentes com a luta pela reforma agrária popular no Brasil. Nesse sentido, as diferentes formas de participação dos jovens nas ações do Movimento e na organização do Assentamento Oziel foram entendidas como práticas educativas, nas quais a participação será entendida como um elemento fundamental na investigação dos sentidos do trabalho entre os jovens do Assentamento Oziel. Para tanto, é fundamental explorar a relevância do MST como responsável pela divulgação dos ideais de economia popular e solidária, através das práticas de associativismo e cooperativismo agrícolas. Essas características aparecem no contexto histórico brasileiro das décadas de 1980 e 1990 juntamente com sindicatos, partidos políticos e outros movimentos sociais além do MST, como consequências da organização e participação popular na busca por *processos sociais* oriundos de um horizonte democrático recém-conquistado com o fim da ditadura militar.

A nova dinâmica associativa e organizativa da sociedade alterou a herança autoritária presente nas formas e conteúdos do fazer político que imperou durante os 20 anos da ditadura civil-militar brasileira. O processo constituinte de 1988, além de alterar as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos, provocou um verdadeiro efeito cascata nas Constituições Estaduais e nas leis orgânicas municipais. O novo ordenamento jurídico da Constituição de 1988, além de incorporar agenda universalista de direitos e proteção social, trouxe como marca as exigências legais da participação na gestão da coisa pública acenando, assim, com as possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania. DAYRELL e CARRANO (2002 p – 12).

A economia solidária ou economia popular solidária surgiu na Europa como consequência da organização dos trabalhadores frente à primeira crise do capitalismo industrial no século XVIII. Desde então a EPS vem se fortalecendo como alternativa econômica frente aos sucessivos momentos de crise do capitalismo ao longo da história. Esse modo de organização econômica possui peculiaridades em sua caracterização e apesar de se estruturar com viés horizontalizado, caracteristicamente não pressupõe uma mudança radical de ruptura com o capitalismo. Ao contrário, a EPS busca uma adaptação aos princípios de gestão, de forma a propiciar aos trabalhadores nela organizados modos de sobrevivência dignos, pautados no respeito à condição humana

como forma de produção da vida sem ter o lucro ou a acumulação como objetivos precípuos.

A opção em estudar uma parcela específica da juventude surgiu da constatação que chegaram pesquisadores como Dayrell e Carrano (2002) e Weisheimer (2004), os quais apontam que *as juventudes* constituem uma categoria pouco compreendida. Segundo Dayrell e Carrano (2002, p. – 01), o conceito de juventude *não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes a homogeneização*, pois qualquer significado deverá considerar a multiplicidade de sentidos de ser jovem e não *ancorar em modelizações* acerca do conceito de jovem em um formato socialmente “ideal”. Portanto, desde a idealização da pesquisa até a elaboração dessa dissertação optei em abordar a juventude em uma perspectiva condicional, na qual o sujeito pode ser entendido de forma ampla, considerando fatores etários, sociais e culturais na sua constituição como jovem. Portanto, o recorte inicial foi estabelecido na condição de juventude rural e, posteriormente objetivando como sujeitos da investigação os jovens do Assentamento Oziel Alves Pereira, e por fim, o recorte de classificação etária estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define como jovem todo indivíduo com idade entre 15 e 24 anos.

Portanto, ao definir a proporção de análise para o contingente de juventude do Assentamento Oziel, o estudo tornou-se viável considerando a relação entre tempo para coleta de dados e a quantidade de indivíduos pesquisados. Dessa forma a pesquisa mostra-se relevante, dada a importância de apontar a participação dos jovens no Movimento e as possibilidades dele como elemento produtor de saberes. Todavia, além de possibilitar o refinamento e objetividade do recorte da pesquisa, o segmento da população jovem possui demandas específicas voltadas principalmente para o mundo do trabalho que justificam o direcionamento da investigação para busca dos princípios de solidariedade e autogestão no sentido do trabalho. Considerando para tanto, a participação desses jovens na criação e organização de novos assentamentos e fortalecimento do próprio Movimento.

Para realização da pesquisa foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que fossem característicos da Pesquisa Participante, no intuito de promover uma aproximação com essa metodologia foram utilizadas técnicas de observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Esses instrumentos metodológicos foram entendidos como privilegiados na construção dos dados, pois

possibilitam aos investigados a reflexão acerca da condição de sujeitos, e por meio das narrativas apontarem diferentes percepções acerca dos sentidos do trabalho. Portanto, a escolha em utilizar os instrumentos de investigação próximos aos da pesquisa participante tiveram origem no histórico popular da metodologia, e pelo seu caráter essencialmente dialético e democrático que caracterizam a pesquisa participante e evidenciam o posicionamento ideológico do pesquisador frente às causas populares. Nesse sentido, a escolha em desenvolver essa aproximação metodológica justifica-se também com a ligação orgânica entre a pesquisa participante os princípios da educação popular, como afirma BRANDÃO (1981):

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a *sua* história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. BRANDÃO (1981, p. 11.).

Outro ponto abordado na investigação refere-se ao grande contingente migratório entre os jovens, que segundo o IBGE, no censo de 2000, contabiliza uma parcela considerável das juventudes do meio rural. O aumento da migração entre os jovens do campo podem evidenciar problemas referentes aos processos de sucessão familiar, Abramovay (1998) e Guaraná de Castro (2008). Sem aprofundar nessa temática, a investigação buscou destacar a participação da juventude na organização do Assentamento e nas ações do MST como aportes para permanência do jovem no campo. Dentro da perspectiva condicional para entendimento da juventude, em um prisma condicional, buscou-se entender os sentidos do trabalho para os jovens do Assentamento Oziel, que vivem em um território com tênue diferença entre o urbano e rural, considerando a proximidade do Oziel como o centro da cidade de Governador Valadares.

Segundo Weisheimer (2004), as causas que impulsionam a migração entre os jovens do campo são diversas e variam entre a busca por melhores empregos, continuidade dos estudos ou mesmo o desejo de mudar de vida. Esses elementos dão à vida um caráter transitório, no qual o jovem rural segue uma lógica quase de predestinação. Na qual a continuidade da vida no campo esta condicionada à

entrada no mundo do trabalho ou padecem frente a dúvida “entre o ficar ou sair” daroça. Nesse sentido, a decisão do jovem em mudar para a cidade passa por questões subjetivas que não podem representar unilateralmente a causa do esvaziamento do campo.

Os questionamentos acerca desta temática renderiam desdobramentos na condução dessa investigação que certamente não seriam suficientes para esgotar todo o assunto. Nesse sentido, essa será uma temática abordada nos instrumentos de investigação, pois, podem contribuir com a percepção da atual necessidade desta parte da população, além de desmistificar a falta de credibilidade culturalmente atribuída ao indivíduo jovem e dessa maneira não cometer uma leitura errada acerca da incompletude da juventude em processo de “*vir a ser*”, julgando-os como incapazes ou desinteressados. Portanto, a análise bibliográfica acerca da condição do jovem no campo aponta para um fator de grande relevância na relação dessas juventudes com o mundo do trabalho. O crescente esvaziamento do campo como fator de escassez de emprego, oportunidades de estudo e mesmo por opção do jovem evidenciam uma parcela da população que emite sinais de vulnerabilidade. Dados censitários do IBGE indicam esse fenômeno em estudos no formato de estado da arte atribuem aos jovens a responsabilidade pelo grande contingente migratório, além de mostrarem a imagem de uma juventude que não sinaliza interesse pela participação política, WEISHEIMER (2004).

No entanto, evidencia-se na análise de Valadares et al (2014), que nos últimos anos houve criação, ampliação e diversificação de novos canais de participação social aos jovens, com destaque para frentes da juventude nos Movimentos Sociais, Fóruns e Delegações, os quais despontam como importantes canais participativos e contribuem na retirada da juventude de um indevido “*estado de coisas*”, quando a integrar frentes de luta nos movimentos sociais e a compor agenda governamental na elaboração de políticas e se afirmarem como protagonistas da vida adulta, Aliás, outro fator de fundamental importância é a inserção do jovem em todas as etapas de criação dessas políticas, de modo a minimizar que essas tenham fim em si mesmas e continuem sendo elaboradas para os jovens sem a participação deles. Espera-se que a construção desses dados sirvam de parâmetros qualitativos de projeções quantitativas para suporte em outras pesquisas, bem como material de consulta na elaboração de políticas públicas destinadas aos jovens do e no campo. Portanto, acredita-se que a participação dos

jovens nos movimentos sociais, empreendimentos solidários, associações ou cooperativas podem evidenciar diferentes sentidos do trabalho, e investigar essa relação pode estimular e favorecer a organização política dos trabalhadores para o fortalecimento das práticas autogestionárias da economia popular e solidária. Por fim, interessa-nos saber se:

Qual é o sentido do trabalho para os jovens do Assentamento Oziel Alves Pereira?

Esta é a pergunta que impulsionou a presente investigação e conduziu o processo de análise dos dados construídos e a realidade campesina do Assentamento motivou a busca de procedimentos metodológicos capazes de possibilitar a compressão dos processos educativos relacionados com o uso de saberes, bem como a participação das juventudes na organização do assentamento Oziel. Os desdobramentos da condição juvenil nos processos de participação e formação conduzem para o objetivo geral desta pesquisa, que pode ser descrito como segue:

- Investigar o caráter pedagógico da participação dos jovens do Assentamento Oziel Alves Pereira/MST, a partir das concepções de trabalho estabelecidas na perspectiva de um empreendimento que segue os princípios de gestão da economia popular e solidária.

Os procedimentos metodológicos desta investigação serão descritos em um capítulo específico, no entanto, vale antecipar que a investigação foi realizada com aproximação dos critérios da pesquisa participante, que segundo Brandão (1982), é fundamental que os sujeitos tenham consciência da condição de participantes que ocupam e juntamente opinem quanto aos objetivos específicos da pesquisa e apontem os melhores caminhos para que se alcance os resultados preteridos, e ao final seja aplicada uma solução para o problema investigado. No entanto, considerando que não é objetivo dessa pesquisa a realização de nenhuma intervenção quanto à concepção de trabalho dos jovens, os objetivos que seguem serviram como elementos de problematização para construção dos dados, com a finalidade de provocar reflexões acerca do(s) sentido(s) que podem ser atribuídos a um processo pedagógico de participação nas ações do MST e na organização do Oziel, que contribuem para conceituação de trabalho.

- Identificar as relações de trabalho desenvolvidas no empreendimento solidário;
- Descrever as formas de trabalho que caracterizam a participação dos jovens;

- Entender as possíveis relações de permanência da juventude no campo e a participação em um empreendimento solidário, a partir das concepções dos jovens.

Por fim, vale acrescentar aos objetivos propostos o patente problema do fenômeno migratório que reduz a população jovem das áreas rurais. A constatação do aumento no contingente migratório nesse segmento da população já vem sendo anunciada nos estudos de: Guaraná de Castro (2008); Abramovay (1998); Weisheimer (2004), e tendo em vista que o Assentamento agrega características geográficas de localização que favorecem as relações de convívio da juventude com o meio urbano, por exemplo: trabalho, estudo e lazer, sem a necessidade da saída definitiva do Oziel. O problema do esvaziamento do campo por parte das juventudes não estará centrado no vislumbre do jovem com a cidade, mas na ressignificação que essa mudança radical possibilita. Pois, ameaça um processo geracional de produção de identidade, com supervalorização do modo de vida na cidade em detrimento do ‘fracasso’ em permanecer na roça. Retomo esse ponto por considerar que, também pode ser o entendimento de jovens do Oziel, que buscam a cidade para trabalhar ou continuar os estudos, e que acabam por motivar a saída do campo a qualquer custo, e assim justificar a naturalização das relações de exploração das atividades de trabalho. Portanto, não tenho a pretensão de apontar soluções ou esgotar o assunto com essa análise, contudo, proponho descrever uma perspectiva de futuro apontada pelos sujeitos da pesquisa. Na qual o sentido o trabalho poderá indicar uma possível alternativa que favoreça o entendimento do desenvolvimento local, com o estímulo da participação dos jovens como um aporte para a permanência no campo.

Conforme Valadares *et al* (2016, p. 62), além da imagem que o censo comum atribui à permanência dos jovens no campo como opção dada aos menos desenvolvidos, tem-se a produção acadêmica que aponta também como causa da migração o estigma do campo como lugar pouco desenvolvido e o trabalho na roça como atividade inferiorizada. Esses mesmos autores lembram que a migração dos jovens do campo para as cidades, bem como o desinteresse pela realidade agrícola, em detrimento da supervalorização da vida nas cidades, não constituem novidade e remetem às pesquisas anteriores sobre a organização do campesinato.

Para tanto, ressalto o papel do MST como movimento social que atua no campo, o qual tem demonstrado desde a sua criação, cada vez mais a necessidade de afirmação e inserção das bandeiras de luta da juventude em suas pautas de luta e organização. Os mais de 8 milhões de jovens que vivem nas áreas rurais do país, segundo levantamentos do IBGE, contabilizam um montante significativo da população que tem recebido atenção especial de pesquisadores para o desenvolvimento de estudos acerca do grande contingente migratório, Castro (2008) e Valadares *et al* (2016). Os trabalhos destes autores apontam que as causas para explicação do fenômeno migratório são diversas e não objetiva-se elencar aqui todas elas, mas destacar a participação da juventude em um movimento social como aporte na ressignificação da vida no campo.

Portanto, o primeiro capítulo apresenta a relevância da participação das juventudes do campo nos movimentos sociais, esboça o caráter pedagógico dessa prática na conquista de direitos bem como na entrada desses sujeitos no mundo do trabalho, também são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados, e justificada a intencionalidade na escolha dos métodos aproximados à *pesquisa participante*, neste capítulo os dados serão descritos e analisados com base no referencial teórico utilizado. No segundo capítulo, proponho um panorama do histórico de criação do MST, partindo do período que configura a sua *gênese* com ênfase na organização dos trabalhadores rurais da época e na colaboração de segmentos da igreja católica que muito colaboraram para *criação* do Movimento. Em seguida, o terceiro capítulo apresenta de modo sintético a organização dos assentamentos dando destaque à participação dos trabalhadores na construção da base associativa e cooperativista dos mesmos e no estabelecimento do MST como entidade representativa, sobretudo como um dos principais expoentes das técnicas e princípios da economia popular e solidária no Brasil.

Ademais, para construção da investigação foi considerada a trajetória de vida dos sujeitos e, dada devida ênfase à participação nas ações do Movimento que por ventura destaquem as práticas gestonárias da economia popular e solidária como parâmetro para entendimento dos significados das atividades de *trabalho*. O quarto capítulo apresenta o Assentamento Oziel Alves Pereira com o olhar específico para os jovens desse Assentamento como objeto de pesquisa. Por fim, no sexto capítulo serão apresentadas as considerações finais como resultado prévio da investigação, à guisa de conclusões dessa dissertação.

1A participação das Juventudes do Campo nos Movimentos Sociais: implicações na cultura do trabalho

Os objetivos dessa investigação destacam a participação das juventudes do campo como um instrumento pedagógico, e o movimento social como lugar da prática educativa. Nesse processo é possível desenvolver a conscientização da condição que o jovem camponês ocupa na sociedade e dessa forma entende-los como cidadãos mobilizadores da ação política que colaboram no desenvolvimento das comunidades rurais. Nesse sentido, a participação das juventudes nos movimentos sociais do campo implica na cultura do trabalho, sobretudo nos processos de conscientização. Portanto, o MST e sua ligação orgânica com as práticas de cooperativismo e associativismo agrário favoreceram o fortalecimento das práticas de EPS no Brasil, no sentido de constituir-se como relevante difusor dos ideais de solidariedade e autogestão no movimento social, SINGER (2002).

Diferentemente do entendimento amplamente difundido no senso comum, no qual o jovem aparece como desinteressado por questões políticas e irresponsável nas atividades de trabalho, na organização do MST, não existem critérios que impeçam os jovens de ocuparem lideranças ou coordenações no Movimento. Pois, a constituição desses espaços participativos favorece aos sujeitos do campo a possibilidade do reconhecimento como cidadãos, além de possibilitar aprendizagem por meio dos processos de conscientização acerca da condição de jovem e camponês, Caldart (2012). Nesse sentido, torna-se necessário que aconteça uma mudança de paradigma, na qual os grupos sociais destinem aos jovens o lugar da organização e da participação, tornando possível favorecer a representatividade e reconhecimento das juventudes do campo nos diversos setores da sociedade.

Quando um homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e suas circunstâncias. (FREIRE, 1999).

Dessa forma, a participação dos jovens em atividades desenvolvidas nos movimentos sociais foi entendida como pedagógica, pois possibilitam aos sujeitos a conscientização acerca do significado e da representatividade da condição de juventude do campo como parte de um povo oprimido. Essa tomada de consciência confere aos jovens o lugar de mobilizadores da ação política através da organização na luta pela

mudança de situação, não no sentido de passarem à condição de opressores, mas entenderem-se como sujeitos de direito capazes de promover o desenvolvimento do seu território de origem, a partir da participação política, bem como das atividades de trabalho. Nesse sentido, vale definir historicamente a relevância que os processos de organização dos trabalhadores pobres tiveram na criação dos movimentos sociais populares no Brasil e assim ressaltar a importância de se entender a participação como exercício de ação e reflexão de caráter pedagógico. Dessa forma, as contribuições das juventudes na organização dos movimentos sociais populares, pressupõem um fazer dialético, que se inicia na conscientização por parte dos sujeitos do lugar que estes ocupam na sociedade, continua nas atividades e finaliza nas ações que o sujeito exerce na e na educação para o mundo do trabalho. Esse fazer dialético caracteriza a possibilidade de aprendizado como ponto de partida que sustenta a participação dos jovens como trabalhadores nos movimentos sociais organizados.

Ademais, vale destacar nessa reflexão que a realidade das juventudes rurais apresenta números que no censo de 2010 (IBGE) evidenciam que a migração de jovens das áreas rurais para o meio urbano, tem crescido gradativamente se comparados ao quantitativo da população de outras edições censitárias, essa dinâmica merece ser entendida em seus vários aspectos, pois o esvaziamento populacional do campo é um fenômeno que, segundo Weisheimer (2004), é crescente e cada vez mais preocupante. É importante salientar que o aumento da população urbana em detrimento da redução da população no campo pode trazer problemas relacionados à geração de novos postos de emprego nas cidades, esse descompasso pode contribuir para o declínio do desenvolvimento da economia nas regiões rurais pobres, onde a predominância das atividades é de subsistência ou da agricultura familiar. Sem a pretensão de esgotar o assunto, mas com o intuito de contribuir para o entendimento das causas do fenômeno migratório, a pesquisa parte do pressuposto que as diferentes formas de participação ‘*das juventudes do campo*’ nos movimentos sociais populares, constituem processos pedagógicos capazes de ressaltar a organização popular como possibilidade de promoção do desenvolvimento nas localidades e na construção de uma sociedade justa e igualitária. Uma vez que, os movimentos sociais que atuam no campo incluem a participação dos jovens em suas frentes de luta colaboram na desconstrução da imagem produzida no senso comum, na qual o jovem aparece como incapaz e desinteressado em participar de questões políticas, Weisheimer (2004), Tiriba e Fischer (2011).

Nesse sentido, os movimentos sociais surgem como lugar da reivindicação e do diálogo, como instâncias capazes de aproximar-se dos responsáveis pela construção e execução de políticas públicas específicas para o segmento jovem da população.

Os movimentos sociais no Brasil hoje são palco do surgimento de novas organizações de juventude rural. Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – juventude rural ao longo da história e em muitos países foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social – hoje estamos testemunhando uma reordenação desta categoria. Jovem da roça, juventude rural, jovem rural, jovem agricultor, camponês são categorias mobilizadoras de atuação política. Apesar dessa “movimentação” esse “novo ator” é pouco conhecido. CASTRO (2008.)

Portanto, pode-se entender que a atuação dos jovens nos movimentos sociais do campo trazem contribuições subjetivas na construção da identidade desses sujeitos, os quais assumem como pertencentes a uma determinada instituição que exerce grande influência na educação, na cultura e nas formas de organização do trabalho. Portanto, o processo identitário para os jovens que participam de algum movimento político aparecem como a institucionalização pessoal para um coletivo organizado de pessoas, a partir de semelhanças ideológicas, econômicas e sociais. No entanto, esse processo é pedagógico e consiste em um momento fundante na formação da identidade dos sujeitos que investigamos ao estabelecer ligação entre as juventudes, os movimentos sociais populares e a formação de trabalhadores do campo.

O estudo realizado considera como pressuposto que, para esses jovens a dinâmica de fazer parte de um movimento social popular decorre do conjunto de circunstâncias e fatores que não surgiram naturalmente, não configuram características inatas à raça humana, pois precisaram de influências do meio, da cultura e do trabalho para se desenvolverem. Considera, também, que a participação desses trabalhadores motiva processos educativos que se iniciam com os processos de construção identitária desses sujeitos, com a tomada de consciência e da necessidade de rompimento com formatos e estruturas sociais que se constituíram como hegemônicas, como afirma Gramsci:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva

autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. GRAMSCI (1995, p. 27).

Todavia, a participação dos sujeitos nos movimentos sociais populares pressupõe relações humanas constituídas por trocas de saberes, de experiências e da criação de novas perspectivas em favor da construção de uma sociedade justa. Esse processo é semelhante ao descrito por Roseli Caldart (2012), ao atribuir o processo relacional da população com o local de organização, de *enraizamento projetivo*. Segundo essa autora, o ser humano precisa desenvolver raízes por meio de sua participação real, ativa e natural e na construção coletiva preservar tesouros do passado e procedimentos do futuro. De modo semelhante, as palavras de Milton Santos (2000, p.96), demonstram que “(...) o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (...)”. Nesse sentido, o processo identitário, pelo qual passam os sujeitos jovens, correlaciona-se diretamente com o ambiente, reafirmando ou não a sua origem, na qual viver na roça ou na cidade passa a constituir dois pontos conflituosos na condição do jovem como sujeito. Portanto, essa identificação do sujeito do campo com o seu o território de origem desconstrói a responsabilização do jovem migrante pela leitura pejorativa da sua localidade de origem. Para tanto, retomo um ponto já indicado no início do texto, no qual o senso comum aponta pejorativamente ao afirmar a vida na roça como opção dada aos jovens que fracassariam no seu *futuro de migração*, como se existisse um processo de seleção natural que indicaria o perfil do sujeito que teria prosperidade ao optar pela vida nas cidades. Por outro lado existe a afirmação de estudos que demonstram como causa aparente da saída dos jovens, justamente o campo como lugar do sujeito que não foi competente para demonstrar que teria sucesso na empreitada de viver nas cidades. Outro ponto já indicado volta-se para o trabalho, que novamente coloca o campo como *lugar* de atividades inferiores em detrimento das possibilidades que a vida na cidade pode representar. No entanto, parte-se do pressuposto de que os movimentos sociais populares que atuam no campo podem representar o lugar de afirmação desse sujeito, a possibilidade de uma nova ressignificação do *espaço*, como lugar de produção da vida com marcada importância na constituição da sociedade e da economia, por meio da educação e do trabalho.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em

que os homens, dentro da sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. FREIRE (1985, p. 17)

Entretanto, alguns dos movimentos sociais do campo, em âmbito nacional possuem efetivas frentes de participação nas demandas da juventude e na representação de trabalhadores como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF) e organicamente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse Movimento destaca-se entre os demais pela amplitude de sua atuação e também por ocupar o lugar de maior movimento social popular do Brasil, além da sua principal característica: ser um movimento constituído por famílias de trabalhadores, que em sua forma setorializada de organização não distinguem idosos, homens, mulheres ou jovens, ao atribuir funções de liderança aos trabalhadores.

As condições que mantêm os jovens no MST não servem de parâmetro para demonstrar as realidades da maior parte das juventudes do campo que vivem no país, contudo dimensionam o caráter pedagógico que envolve a sua participação no Movimento. Nesse sentido, o MST demonstra manter desde a sua história de criação a preocupação em possibilitar a formação dos assentados e sinaliza essa preocupação ao investir desde as ocupações e criação dos acampamentos a organização do espaço destinado à escola. Essa prática começa na educação infantil e avança nos níveis fundamental e médio, e atualmente contam com mais de 2.000 escolas construídas em acampamentos e assentamentos, os quais já contabilizam 50.000 adultos alfabetizados e objetivam erradicar o analfabetismo nos assentamentos. O MST também possibilita a formação profissional dos assentados e apontam o quantitativo de 2.000 estudantes no Ensino Técnico e Superior além de mais de 100 cursos de graduação oferecidos¹ em parcerias com universidades públicas em todo país. Nesse sentido, a trajetória de formação da identidade dos assentados do MST, além de trazer a representatividade de um movimento social popular, que começa na organização dos sujeitos do campo e que avançam nas etapas formais de escolarização para culminar num processo de formação pela vida inteira.

Desde a sua criação, o Movimento tem como principal característica a composição de sua base essencialmente constituída por trabalhadores que ao decidirem

¹ Dados disponíveis em www.mst.otg.br/educacao/ acesso em 13/04/2017

fazer parte de um movimento social da amplitude do MST assumem também a disposição de integrarem diversas frentes de luta visando a construção da reforma agrária popular no Brasil. Dessa forma, o processo histórico do Movimento e o ideário de trabalho que acompanha a trajetória de vida dos assentados perpassa desde a decisão em integrar o MST até a dinâmica do uso coletivo da terra. Assim, o associativismo e cooperativismo constituem importantes aportes para interpretação do trabalho como principal elemento na formação da identidade dos sujeitos do Movimento. Essas práticas gestionárias de organização da economia possuem estreitas relações com os processos de organização dos trabalhadores, bem como a participação destes no Movimento. A relação entre o MST e as práticas de EPS foi descrita pelo professor Paul Singer (2002), segundo esse autor, é possível relacionar o fortalecimento da economia solidária no Brasil ao crescimento do Movimento na década de 1980.

A escolha metodológica para construção dessa investigação faz parte de um processo de reflexão acerca do contexto histórico de criação do MST, sobretudo das relações estabelecidas entre *educação, trabalho e participação*. Esses elementos perpassam os processos de organização dos trabalhadores na constituição do Movimento e permanecem segundo Caldart (2012), com efeito na formação da identidade dos trabalhadores que dele fazem parte. Portanto, a ênfase dada aos aspectos históricos de criação do Movimento constitui nessa abordagem um parâmetro fundamental para construção do conceito de trabalho entre os jovens. E nessa perspectiva, as abordagens e procedimentos metodológicos utilizados nessa investigação posicionam-na como uma pesquisa qualitativa e os instrumentos metodológicos bem como a aplicação dos mesmos buscaram uma aproximação aos métodos da *pesquisa participante*.

Nesse sentido, a tentativa em aproximar a metodologia de pesquisa participante deve-se principalmente às condições sociais e econômicas dos sujeitos investigados, pois a origem popular, camponesa e marginalizada dos trabalhadores do MST evidenciam a retomada dos conceitos que a fundamentam como eficazes dentro do contexto popular. Para tanto, a identificação ideológica com os sujeitos da pesquisa e aproximação de suas técnicas com os preceitos da educação popular constituem elementos estruturantes acerca dos sentidos da pesquisa em educação e justificam a escolha desses instrumentos por julga-los eficientes ao ponto de favorecer uma abordagem sociocultural da formação humana dos jovens do Assentamento Oziel.

Segundo Caldart (2012), essa abordagem é comumente utilizada em investigações na antropologia e nos estudos sobre cultura, sobretudo quando se leva em conta o posicionamento político dos investigados e seus aspectos econômicos, psicossociais. Contudo, definir o Assentamento Oziel Alves como local para realização da pesquisa não consistiu tarefa fácil, pois diferentemente do que se esperava encontrar no campo de pesquisa o assentamento Oziel Alves não dispõe das organizações preteridas nas vias do projeto inicial. Nesse sentido, essa constatação provocou uma alteração no olhar empírico que remetia às formas de participação dos jovens nas atividades de trabalho em um contexto de economia solidária, e agora se volta à perspectiva de participação dos jovens na organização do Assentamento e nas ações do MST como formas de promoção de educação.

Vale dizer que a pesquisa foi submetida ao comitê de ética da UEMG e obtida aprovação na Plataforma Brasil com registro nº.: 56206616.9.0000.5525. Os procedimentos de análise foram realizados com abordagens qualitativas dos dados, os quais foram construídos mediante o uso de questionários semiestruturados, diários de campo, registros fotográficos, relatos e observação participante. Para tanto, buscou-se o uso de uma metodologia de pesquisa centrada no homem e na sua participação na sociedade, voltada para as necessidades básicas dos indivíduos das classes mais pobres da estrutura social, através da busca por incentivar o desenvolvimento autônomo, partindo das bases de uma relativa independência do exterior, FALS BORDA (1981).

Dessa forma, o resultado que se espera chegar com a aproximação dos princípios metodológicos da pesquisa participante é afirmar a prática como possibilidade pedagógica entre os jovens do Assentamento Oziel, e a participação no MST como elemento identitário e de criação do conceito de trabalho. Ademais, essa abordagem empírica possibilita ao pesquisador a construção de análises subjetivas das informações coletadas, pois possibilita ao pesquisador mecanismos de aproximação dos sujeitos envolvidos na investigação em uma relação dialógica acerca de aspectos que tendem a permanecer latentes e externos ao olhar do pesquisador. Pois, as formas de abordagem da pesquisa participante aproximam organicamente o pesquisador dos sujeitos investigados e possibilitam um movimento dialético, no qual o pesquisador vivencia determinada situação, reflete acerca da situação e participa ativamente junto aos trabalhadores na tentativa de construir juntos, um mecanismo de ação que seja viável e eficaz, BRANDÃO (1984).

Todavia, de modo a justificar a opção em adequar uma aproximação metodológica e não assumir na integralidade os procedimentos da pesquisa participante nos moldes descritos por Gianotten e de Wit (1984), que preveem uma *plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade*, para tanto seria necessário que a relação entre os sujeitos envolvidos, pesquisador e pesquisados, assumissem proporções capazes de estipular ações de intervenção na realidade identificada no Assentamento. E considerando que a sistemática para realização dessa pesquisa como participante envolveriam etapas que exigiriam longos períodos de imersão no campo empírico, fato inviabilizado frente as exigências para uma pesquisa de Mestrado. Contudo, a aproximação com a metodologia evidenciou que existem demandas para aprofundamento e continuidade dessa investigação, considerando que não foram objetivo nem pretensão dessa pesquisa esgotar o assunto.

Para Michel Thiollen (1984), a condição de participação deve *ser cuidadosamente* esclarecida de modo a *impedir a reprodução de ambiguidades ou até de paradoxos* na relação entre sujeito e pesquisador. Para esse autor, o ato de definir o entendimento de participação é fundamental para que a análise não seja mera reprodutora da realidade e produza narrativas sem a devida reflexão acerca da realidade do objeto da pesquisa. Portanto, a minha participação na construção dos dados empíricos baseou-se nas técnicas de observação participante e na realização de entrevistas semiestruturadas. Os procedimentos metodológicos possibilitaram interação entre os sujeitos da pesquisa, por meio da qual foram observadas algumas maneiras de participação e organização dos jovens do MST. Esses momentos favoreceram o registro imagético das atividades e anotações em diário de campo das ações, impressões e narrativas dos sujeitos, nas quais afluíam elementos passíveis de serem atribuídos à formação da identidade de *Juventude do MST* e da condição de jovem do campo. A análise destes registros foi concluída individualmente, apesar de ter sido iniciada ainda nos registros de campo, por meio da participação em discussões nas quais eram previamente discutidas, organizadas e avaliadas como foram e quais seriam próximas ações daqueles jovens. A utilização dessa adequação metodológica aproximada das técnicas da pesquisa participante possibilita a apropriação epistemológica acerca do caráter dialético da realização de investigações no campo da educação, nos movimentos populares como uma ação pedagógica baseada na troca de saberes.

A Pesquisa Participante é um conjunto de procedimentos e de técnicas que podem ser implementadas em diferentes corpos teóricos e ideológicos; entretanto, suas características fazem dela uma ferramenta necessária para todos aqueles programas que buscam a participação de setores populares na produção de novos conhecimentos (científicos) e em uma prática orientada em uma ação transformadora da sociedade. (GIANOTTEN e de WITT 1984, p. 159).

Nesse sentido, a construção dessa adequação metodológica aos preceitos da *pesquisa participante* traz consigo noções aproximadas dos princípios da Educação Popular, os quais possibilitam a criação de processos educativos a partir da participação e da conscientização. Pois, assim como a educação popular a pesquisa participante fundamenta-se como metodologia capaz de favorecer a transformação da sociedade como consequência de um processo sociocultural de formação de identidade, na qual o sujeito compreende-se como parte de um sistema opressor do qual a possibilidade de adequação esta centrada no movimento dialético da ação, reflexão, ação. Portanto, essa aproximação metodológica afirma-se como eficaz nas investigações construídas junto aos movimentos de organização popular, sobretudo pela principal característica de sua raiz.

A educação popular parte da prática concreta dos setores populares e retorna a ela, buscando cientificamente as causas estruturais para transformar a sociedade de acordo com os interesses imediatos e históricos dos setores populares, integrando a teoria e a prática em uma práxis social definida. GIANOTTEN e de WIT (1984. p – 164).

O levantamento bibliográfico foi fundamental para definição dos procedimentos metodológicos utilizados nessa investigação em que o contexto apresentado aponta na construção de instrumentos de investigação capazes de trazer características da pesquisa participante. Os dados serão inicialmente descritos e analisados com uma abordagem qualitativa, em que foram considerados como fundamentais os aspectos históricos e ideológicos dos trabalhadores que constituem os Sem Terra do MST e os fundamentos da educação popular, pois ambos coexistem em virtude dos pobres, camponeses, desempregados, analfabetos e os desfavorecidos pelos rumos da política.

Nesse sentido, vale ressaltar que os assentamentos são múltiplos e possuem a mesma gênese social que agrega às histórias de trabalhadores e trabalhadoras que optaram por integrar um movimento social a luta pela terra como sua principal bandeira. Nesse sentido, a opção pela abordagem qualitativa deve-se, sobretudo à possibilidade de posicionar a pesquisa em um lugar que não é de neutralidade política ao relatar

processos de construção coletiva, descrever situações observadas e analisar entrevistas. Os instrumentos metodológicos utilizados foram as entrevistas semiestruturadas e a observação participante.

A pesquisa participante é um enfoque de investigação social por meio do qual se busca a plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade com o objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Esses participantes são os oprimidos, os marginalizados e os explorados. Trata-se, portanto de uma atividade educativa, de investigação e ação social, (GIANOTTEN e de WIT 1984, p. 169).

O resultado que se espera chegar com a junção entre o conceito de pesquisa participante, a caracterização da metodologia na construção da pesquisa são os processos educativos nela envolvidos, é o sentido do trabalho para vida, que na perspectiva da EPS constitui uma premissa maior que o lucro. Sobretudo, no quesito de investigação do caráter formativo das práticas de participação política da juventude, suas relações com trabalho associado, concepção de cidadania e implicações na dinâmica migratória.

Portanto, ao analisar os dados construídos com a juventude, as narrativas foram o foco principal, pois ao serem registradas individualmente puderam expressar opiniões, contradições e perspectivas entre os jovens que na coletividade da observação não apareceram com tanta clareza. Nesse sentido, a narrativa da Terezinha² servirá de parâmetro da expressão de uma identidade de *ser Sem Terra do MST* já estabelecida, vinda do lugar de quem já ocupou a condição de juventude num período de luta pela conquista de um coletivo no qual os jovens investigados participam: O Assentamento Oziel Pereira Alves.

Os jovens desse assentamento ainda estão em processo de formação, em etapa de *‘vir a ser’*, semelhante ao qual Thompson (2012) descreve sobre *a formação da classe operária inglesa*. Assim encontram-se as juventudes do Oziel, na condição de indivíduos capazes de expressar as concepções de trabalho e a relevância da educação nesse processo. A educação aparece no MST de forma perene, como elemento libertador capaz de transformar o jovem do campo em um adulto trabalhador consciente da sua real participação no Movimento. Ao falar de jovens que nasceram no MST não afirmo que a concepção de trabalho, a consciência pela luta e a relevância da

² Terezinha Sabino é atualmente coordenadora regional do MST e referencia de liderança no Assentamento Oziel Alves Pereira.

participação social tiveram a mesma gênese. E é nesse ponto que essa investigação busca encontrar suas respostas e construir seus objetivos, sem a pretensão de esgotar o assunto ou apontar certezas, mas de promover reflexões na busca de incentivar a participação social como elemento pedagógico capaz de promover desenvolvimento local a partir de uma concepção de trabalho desenvolvida a partir da organização dos trabalhadores na construção de relações de igualdade e justiça. E é neste contexto que a pesquisa tomou formato e o caráter educativo dos mecanismos de participação no MST como movimento social foram registrados e os dados para construção da pesquisa foram coletados. E assim a finalidade precípua dessa pesquisa toma forma no seu principal objetivo:

Investigar o caráter pedagógico da participação dos jovens do Assentamento Oziel Alves, a partir da descrição dos sentidos do trabalho tendo como referência a noção de trabalho associativo ou cooperado nos princípios da Economia Popular Solidária.

Para descrição metodológica e detalhamento dos dados construídos, vale explicar os caminhos que me levaram ao Assentamento Oziel como local de pesquisa. O MST desde o seu surgimento, mantém e cultiva estreitas relações com diversas instituições de pesquisa e ensino, fato que inspira certa abertura para realizações de trabalhos científicos. Uma das primeiras constatações reais que se chega, quando a proposta de pesquisa envolve o MST é que realmente essa abertura existe e é muito bem recebida dentro do Assentamento. Contudo, essa porta de entrada requer alguns meios para ser acessada, no caso específico desta pesquisa, foram formalizadas inúmeras solicitações de autorização para realização do estudo e nenhuma com obtenção de resposta. Inicialmente os meios utilizados para viabilização da minha inserção no campo incluíram a busca de contatos através do site do Movimento, tentativas de contato telefônico e por meio das redes sociais e envio de *email's*, para todas essas tentativas não obtive nenhuma resposta positiva que fosse substancial. A leitura possível dos fatos que justificasse a ausência de respostas condizia com o momento político que o país atravessava, no qual a maioria dos movimentos sociais se mostrava diretamente afetado com os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo empresas estatais e membros do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) além de recorrentes ataques dos partidos de oposição ao governo da Presidenta Dilma Rousseff. Esses fatos receberam vasta cobertura e manipulação midiática e mobilizaram grandes manifestações em todo país agregando nas ruas grandes manifestações pró e contra o governo da Presidenta. De

modo resumido, essa foi a conjuntura política que supostamente provocava a ausência de respostas às solicitações enviadas ao MST e motivaram a minha interpretação de que o momento não seria favorável para o recebimento de pesquisadores nos assentamentos do MST. Contudo, o aparente “fechamento das portas” aos desconhecidos (pesquisadores) não era real e simplesmente revelava uma possível “fragilidade” na comunicação que acomete a coordenação nacional do Movimento, os coordenadores regionais e por fim, os assentamentos. No intuito de transpor essa suposta fragilidade nos processos de comunicação do movimento, a opção foi direcionar a busca por contatos diretamente nos assentamentos e em algumas instituições de apoio aos trabalhadores rurais. Este exercício de busca serviu para dimensionar no território brasileiro a quantidade de acampamentos e assentamentos de reforma agrária por meio do INCRA, e objetivando o recorte para distribuição das 350 mil famílias de assentados tendo à frente o MST constam: 100 Cooperativas, 96 Agroindústrias e 1900 Associações e comprovar que o caminho mais eficaz seria direcionar a solicitação para algum dos assentamentos, MST (2016).

Ainda no processo de busca foi estabelecido contato telefônico com um pequeno assentamento o Assentamento Vitória no oeste do Estado do Paraná, que demonstrava ter níveis de organização produtivas e comerciais que contemplavam os objetivos idealizados nas vias do meu projeto de pesquisa. Pois possuem uma cooperativa de produtos alimentícios (COOPAVI) que declaradamente logravam sucesso com as práticas de EPS. Para fins de análise da direção desta cooperativa, me foi solicitado o envio de informações que detalhassem os procedimentos do estudo essas solicitações foram prontamente atendidas. Paralelamente, eram procurados contatos em assentamentos dentro do Estado de Minas Gerais, visando viabilidade logística de acesso ao campo de pesquisa. Nesse sentido, foi possível contar com a valorosa colaboração das Professoras do Núcleo de Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (NEPEJA) da Faculdade de Educação da UEMG, especialmente a Professora Doutora Sônia Maria Roseno que gentilmente me aproximou de uma Coordenadora Regional do MST, e que posteriormente seria a minha anfitriã no Assentamento Oziel Pereira Alves. Desde o primeiro contato a Terezinha se destacava pela disponibilidade em colaborar, mesmo com uma agenda cheia de compromissos que ela faz questão de cumprir, não faltavam datas para uma visita ao assentamento. Com o sobrenome de escritor, Terezinha Sabino escreve sua história com elementos de força e resistência que

demonstram sua disponibilidade e firmeza na luta pela construção da reforma agrária popular no Brasil. Na qualidade de ser recebido no assentamento por uma Mulher, Sem Terra, Assentada, Mãe, Militante e ainda Coordenadora Regional do MST, dessa forma iniciei minha pesquisa de campo ao compartilhar experiências e passar por vivências fundamentais para observação de efetiva participação de parte dos jovens do Assentamento.

O MST é o movimento social mais ativo do país e também lugar da participação política de uma considerável parcela das juventudes do campo. A caracterização do Movimento como espaço de formação de identidade deve-se às ações de participação nas múltiplas lutas que compõem o MST. Portanto, entender a origem e o lugar que esses jovens ocupam na sociedade corroboram para reforçar a importância de participação nas ações do Movimento para formulação da identidade de pertencer ao MST. Os jovens dessa pesquisa pertencem a uma geração de *sem terra* nascida nos assentamentos que muitas vezes assistiram seus familiares idealizarem dias com melhores condições de vida. Eles são de uma geração que entendem que morar em uma casa construída nos mutirões dos assentamentos não apagam as injustiças produzidas pelos latifúndios. Eles são sucessores de uma geração que entenderam que trabalhar a terra é um direito humano e não de poucos, e ser um *Sem Terra do MST* significa muito mais do que um rótulo marginalizado.

2O contexto de criação do MST e sua implicação como local da Participação Popular

De modo a favorecer o entendimento deste estudo, é necessário fazer uma abordagem histórica dos acontecimentos relacionados ao nascedouro do MST. Segundo Roseli Caldart (2012), esse período é permeado de iniciativas de cunho popular que culminaram no ato de criação do Movimento. Durante o decorrer deste capítulo serão retomados alguns acontecimentos que se mostraram relevantes na formação da identidade do trabalhador do campo e antecederam a criação do MST. Portanto, vale ressaltar que o apanhado de acontecimentos da história, além de serem utilizados para contextualização da conjuntura política nacional no período que antecedeu a criação do MST, tem também como objetivo afirmar a relevância da participação popular na criação da identidade dos jovens que compõem este estudo.

Nesse sentido, conforme descreve Rocha Reis (2012) as questões agrárias na história do Brasil sempre estiveram ligadas aos episódios de conflitos e revoltas populares. A autora destaca o surgimento das Ligas Camponesas (LC), do Partido Comunista (PC) e da Igreja Católica conservadora como *agentes de mobilização social no campo*, cada instituição com seus interesses bem delimitados dentro do contexto da época. As Ligas promovendo a sindicalização do campo, o Partido recrutando aliados para construção da Revolução Proletária e a Igreja conservadora atuando para conter a atuação do Partido Comunista. A autora ressaltava a visibilidade que as Ligas Camponesas alcançaram na metade da década de 1950, quando chegaram a somar 70 mil associados só na região nordeste. Essa frente de atuação da igreja possuía características marcantes, pois além da expressiva participação popular as Ligas caracterizavam-se com a politização do seu discurso, nos quais surgem temas acerca do desenvolvimento local dos territórios, regionalização e reforma agrária. Por quanto, esses fatores foram apontados como detonadores do golpe militar de 1964. Segundo Rocha Reis (2012), a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a autorização para criação de sindicatos rurais em 1963 são consequências da grande pressão exercida no governo por parte da população do campo.

Nesse sentido, quando governo militar assume o poder em 1964, a desarticulação das Ligas Camponesas estava entre as primeiras medidas a serem implementadas pelo novo governo, juntamente com a instauração de um processo de

intervenção na CONTAG que vai perdurar até 1968, (Rocha Reis 2012, p.91). Mesmo com a adoção dessas medidas, os militares julgaram o contexto socioeconômico como favorável à execução de programas de reforma agrária, o que levou o governo a adotar medidas que poderiam viabilizar a ocupação do território e promover a legalização de terras nas regiões menos habitadas do país. Conforme a autora, a mais relevante dessas medidas foi a promulgação do Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que garantia propriedade a quem apresentasse comprovação documental de posse ou uso da terra, paralelamente foram criados projetos de colonização do país: o Programa de Intervenção Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o objetivo era povoar a região norte, atraindo trabalhadores das regiões sul e nordeste. A intenção do governo com a aprovação do Estatuto e implantação dos programas de incentivo a migração mostravam-se eficazes ao favorecerem o povoamento dessas regiões e amenizavam as pressões locais por reforma agrária e ainda protegiam os territórios de fronteiras (ROCHA REIS, 2012, p. 92).

O marco legal da política fundiária do novo regime, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504) promulgado ainda em 1964, reconhecia o direito de propriedade daqueles que demonstrassem a posse da terra, os direitos daqueles que arrendavam e também daqueles que trabalhavam em terra alheia. Além disso, sancionava a ideia de “função social da propriedade”, que serviria de critério para desapropriações de terras visando a reforma agrária no país. ROCHA REIS (2012, p. 91).

Para essa autora, a utilização da lei e dos projetos de colonização e povoamento das regiões norte, centro-oeste e nordeste do país cumpriram o objetivo de motivar o aumento da migração de camponeses para essas regiões. No entanto, os planos do governo envolviam o uso de terras que não estavam desabitadas, pois já existiam famílias e pequenas comunidades que já ocupavam essas regiões e nos termos do Estatuto da Terra também faziam jus à posse da terra. Portanto, as incertezas quanto aos reais donos das terras que aliada à cultura de discriminação contra os indígenas, a grilagem de terras e a tradição política de atribuir poder a quem tem terras, resultaram na ocorrência de consequências desastrosas nas regiões norte e centro oeste do país, nas quais o Estatuto da Terra de 1964 serviu também para o aumento da pobreza e a intensificação de conflitos entre latifundiários e grileiros, contra pequenos povoados de camponeses, migrantes, comunidades indígenas e posseiros. Esses conflitos foram

originados pela incerteza quanto à posse de terras persistem ao longo dos anos e aparecem com regularidade nas estatísticas de assassinatos de trabalhadores, integrantes de movimentos sociais populares, missionários, posseiros, indígenas, povos das florestas e extrativistas. Segundo Rocha Reis (2012), o intuito do Estatuto era ‘legalizar’ terras ou atribuir a elas a ‘*função social de propriedade*’ e teve como consequência o favorecimento do aumento do latifúndio. Pois, os rumos da política nacional já demonstravam sofrer influência do poderio dos grandes fazendeiros que somados à importância da agricultura nos planos de desenvolvimento do país, resultaram na modernização e mecanização das lavouras. Os incentivos para o desenvolvimento atraíram para essas regiões vários empreendimentos nacionais e internacionais, motivados pela descoberta de grandes reservas minerais, construção de estradas e obras de infraestrutura as quais também motivaram a instauração de empresas e promoveram um grande deslocamento da população para essas regiões em detrimento do aumento da oferta de emprego nas cidades, sobretudo no setor da industrial.

No entanto, esse período de ‘crescimento da economia’ foi logo afetado por uma grave crise no setor industrial que ocasionou um grande número de trabalhadoras e trabalhadores desempregados e sem lugar para morar. Essa reação descompassada da economia e da política serviu para motivar o retorno de muitos trabalhadores migrantes aos seus locais de origem por terem abandonado ou por terem sido expulsos das terras cedidas nos programas de colonização e também facilitou a ampliação dos latifúndios.

Vale ressaltar que os conflitos originados na disputa pela terra, perpassam por toda a história da humanidade e no contexto brasileiro ainda figuram como realidade, parte de um capítulo que ainda não teve seu fim. A ocorrência de desaparecimentos, criminalização de movimentos sociais populares, sequestros e assassinatos de trabalhadores, infelizmente são fatos recorrentes, marcados pela ação morosa e impune da justiça a seus executores e mandantes. A recorrência de episódios dessa natureza nas regiões Norte e Centro-oeste do Brasil continuam como matéria de muitos episódios de violência. No entanto, o histórico de violência em situações que configurem os conflitos agrários nos processos de ocupação de terras não configuram objetivos propostos para este estudo. Assim, serviram para destacar as etapas de participação na organização popular dos trabalhadores do campo na criação dos movimentos sociais, e da influência destes nos processos de criação da identidade do sujeito.

Todavia, vale destacar a ineficácia do Estatuto da Terra em atender as demandas dos camponeses, segundo Rocha Reis (2012), o estatuto promoveu escassas

desapropriações de terras e se mostrava um forte aliado da expansão do latifúndio. Pois, no contraponto entre a efetividade da lei, e a urgência da situação dos trabalhadores do campo, existe a tendência da política brasileira em atribuir poder aos proprietários de terras e as consequências dessa prática contribuíram ainda mais para o fracasso dos projetos de colonização do norte do país. O aumento da pobreza não atingia só o Brasil em decorrência das medidas impopulares praticadas pelo governo militar, mas abarcava grande parte da América Latina onde as causas da miséria apontam suas raízes nas questões fundiárias. E é nesse sentido, e no combate ao aumento da pobreza que a igreja católica difundiu entre suas alas progressistas o entendimento de que a causa da pobreza passaria pela necessidade de construção da reforma agrária.

A intervenção da igreja católica na questão fundiária do Brasil decorre do entendimento de que os efeitos da pobreza e das desigualdades sociais seriam minimizados com a distribuição justa de bens naturais e de terras às famílias de camponeses. Mesmo porque, o aumento da pobreza no continente favorecia o crescimento de uma forte onda socialista em virtude dos movimentos de organização dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, enquanto as frentes progressistas da igreja assumiam o papel fundamental de respaldar as ações da população pobre, também colaboravam na unificação das reivindicações dos trabalhadores ao organizar a luta pela terra em toda América do Sul. Portanto, a igreja católica representada em suas alas progressistas traz do *Concílio Vaticano II* o entendimento da posse da terra como direito humano universal. Ademais, esse entendimento foi fundamental para conduzir as ações dos movimentos dos trabalhadores a definir a ocupação de terras como atitudes legítimas e eficazes para acelerar os processos de reforma agrária no Brasil. O entendimento cristão da terra como direito, sacramentado no *Concílio do Vaticano*, aliado à pequena contribuição do Estatuto da Terra, segundo Caldart (2012), possibilitou aos camponeses, trabalhadores sem a terra, a realização das primeiras ocupações, antes mesmo da criação do MST. O surgimento da Teologia da Libertação (TL) e o respaldo para toda atuação na América Latina deve-se também à realização do *Concílio*, que além de combater as consequências da pobreza serviria para conter o avanço do socialismo ateu no continente, fato que justificaria o interesse da igreja nas questões agrárias.

Desprovidos de qualquer segurança, vivem num tal regime de dependência pessoal que perdem quase por completo a capacidade de iniciativa e responsabilidade e lhes está vedada toda e qualquer

promoção cultural ou participação na vida social e política. Impõem-se, portanto, reformas necessárias, segundo os vários casos: para aumentar os rendimentos, corrigir as condições de trabalho, reforçar a segurança do emprego, estimular a iniciativa e, mesmo, para distribuir terras não suficientemente cultivadas àqueles que as possam tornar produtivas. Neste último caso, devem assegurar-se os bens e meios necessários, sobretudo de educação e possibilidades duma adequada organização cooperativa. Sempre, porém, que o bem comum exigir a expropriação, a compensação deve ser equitativamente calculada, tendo em conta todas as circunstâncias. ROCHA REIS (2012, p. 98).

Além da TL surgem da igreja católica outras organizações progressistas como a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), essas frentes têm em comum o mesmo objetivo de atuação junto a população pobre em conter o avanço da ameaça do socialismo ateu nos países da América Latina. O surgimento das frentes populares, e a atuação destas com os trabalhadores do campo favoreceram o movimento de organização dos camponeses em uma dimensão nacional. As organizações de cunho popular da Liga Camponesa (LC) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) são dois movimentos sociais populares que juntamente com as referidas organizações da igreja e sindicatos de trabalhadores rurais corroboraram na constituição das formas organizativas do MST. O apoio da igreja concedido aos trabalhadores favoreceu a criação e organização política dos movimentos sociais e possibilitaram a conscientização da condição de pobreza e da possibilidade de participação na organização e luta. O período de surgimento de todas essas frentes teve relevância na formação dos *sem-terra do MST* e corroboram com a identificação da condição sociocultural das gerações atuais.

Segundo Caldart (2012), as Comunidades Eclesiais de Base compunham o mais relevante local de organização e participação dos trabalhadores, pois se destacavam como foco de luta e resistência à ditadura militar. O fortalecimento das CEB's deve-se à criação das pastorais da terra e da abertura das paróquias das cidades e do campo como lugar de organização das lutas dos trabalhadores. As CPT's surgiram em Goiânia e rapidamente ganham representação nacional através do seu caráter ecumênico e, nas palavras de João Pedro Stédile, pelo fato de surgir como uma espécie de autocritica do apoio da igreja católica ao golpe militar, e uma expressão concreta da Teologia da Libertação, CALDART (2012 p, 109).

A visibilidade nacional advinda das CPT's na articulação e organização dos trabalhadores nas mobilizações e no entendimento da necessidade da luta pela terra apontam para o nascimento do MST. Logo, com a crescente adesão da população pobre

sem-terra e sem trabalho, as organizações populares reuniam camponeses de diferentes regiões do país para promover pontuais ocupações de terras e demonstrar essa ação como saída possível na construção da reforma agrária. Essas ações de ocupação aparecem como pontuais em decorrência do formato que aconteciam, sem um plano de permanência e unidade de reivindicações. As agruras do capitalismo já ampliavam as riquezas de poucos em detrimento da ampliação das desigualdades sociais em grande parte do continente, marcadamente nos países caracterizados por uma conjuntura política semelhante à brasileira.

Nesse sentido, entre as etapas de criação do MST o ‘período gestacional’ descrito por Caldart (2012), compreendido entre 1977 até o ano de 1984, foi de grande relevância para consolidação das ações do Movimento que definiam a participação dos seus integrantes como fator preponderante na luta pela conquista da terra. E as ocupações de órgãos do governo e de terras consideradas improdutivas, como medidas eficazes para construção da reforma agrária brasileira. Esse período foi importante para marcar o apoio de diferentes setores da sociedade às causas dos trabalhadores pobres, sobretudo pelo caráter de ativa participação popular na organização do Movimento. Essa autora trás as palavras de João Pedro Stédile, um dos fundadores do MST, que ao caracterizar a criação do Movimento realça a abertura à participação de todos os sujeitos em uma dinâmica constituída por *Famílias de Sem Terra*, sem que fossem delimitados critérios de idade ou sexo para composição de suas lideranças, somente a exigência para composição da sua base, exclusivamente formada por trabalhadores conscientes de um componente político e ideológico que dispõe *a luta pela terra como parte da luta de classes* indicando a amplitude dos objetivos de criação do Movimento, CALDART (2012).

Todavia, o momento de ascensão da luta agrária se mostrava favorável à criação de um movimento nacional de camponeses, que fosse capaz de promover a organização dos trabalhadores, em ações concretas de formação e libertação em uma perspectiva estrutural, política e ideológica. E nesse sentido foi realizado entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, evento que marca formalmente o nascimento do MST. Um ano depois da criação do Movimento, nesse mesmo Estado, na cidade de Curitiba aconteceu o Primeiro Congresso Nacional do MST que marcou a participação de 1500 delegados de 16 Estados e decidiram pela bandeira de luta do MST: “Ocupação é a

única solução!”. Essa decisão radical dos trabalhadores sem-terra do MST em ocupar a terra para iniciar os processos de reforma agrária que começavam a tramitar no Brasil e caracterizava-se nacionalmente pela pluralidade de lutas e a busca pelo sonho da democracia. Parte dessa história foi descrita em outros estudos e também registrado em reportagens e documentários, de modo esclarecedor do filme *Terra para Rose*, de 1987 com a direção de Tetê Moraes traz significativas contribuições no entendimento do período de criação do MST. Contudo, vale ressaltar que o congresso da cidade de Curitiba marca a intensificação das ações do Movimento e o período em que ele assume proporções de unidade nacional, Caldart (2012). Nesse momento surgem as primeiras ocupações e assentamentos de reforma agrária organizado pelo do MST, com ideais libertários de trabalho e a solidariedade transbordando das estruturas precárias das barracas de lona preta em contraste com brilho de esperança nos olhares de quem quer colher da terra além do sustento, uma vida em comunidade.

Os acampamentos e assentamentos do MST surgem com características cooperativistas com suas formas de organização marcadas pela setorização das tarefas, frentes de luta e representação. Conforme aponta Caldart (2012), a representatividade do Movimento na organização do assentamento é de grande importância, sobretudo na continuidade da conquista de direitos e garantias dos assentados como: acesso à saúde, educação, cultura, linhas de crédito, financiamentos além da construção de vias para escoamento das produções. A setorização e diversificação das lutas do MST são características responsáveis pela sua expansão, com a inserção de pessoas e grupos corporativos à sua principal bandeira: a construção da Reforma Agrária Popular no Brasil, Caldart (2012, p. 119). Dessa forma, a participação dos assentados nas diversas frentes de luta dos trabalhadores retratam que o movimento está em construção e a igualdade de direitos e oportunidades são conquistas advindas do embate político. Nesse sentido, a participação no MST possibilita o aprendizado às diferentes gerações de assentados e acampados, em um movimento dialético de conscientização que envolve diretamente as relações de trabalho horizontalizadas, a sustentabilidade do meio ambiente e a luta como premissas na formação humana.

Segundo Gadotti e Razzeto (2005) *apud* Bird (1993), nas décadas de 1980 e 1990 os indicadores econômicos apontavam o Brasil como um dos países mais pobres da América Latina com índices de mortalidade infantil e analfabetismo que o posicionava ao lado da Bolívia e Guatemala. Conforme aponta o estudo, o Brasil era detentor de 44% dos pobres do Continente, apesar de naquele período possuir um terço da

população local. Todavia, esses números servem para demonstrar os efeitos causados pela crise econômica na qual o país passava, sobretudo pela política neoliberal que se instaurava e permanece hegemônica na atualidade. No entanto, o mesmo período coincide com o surgimento das práticas de educação popular comunitária que, segundo Gadotti (2005, p. 9) aparecem atreladas às atividades de trabalho, em uma relação dialética de prática, reflexão, ação; na qual os trabalhadores se educam à medida que *trabalham ou produzem*.

Entretanto, conforme dito anteriormente, o número de pobres na América do Sul atrelado a ameaça do aumento do socialismo ateu serviu para chamar a atenção da Igreja e de organizações não governamentais para conter o crescimento da pobreza no Continente e impulsionar a formação de grupos de base para desenvolvimento das práticas de Economia Popular. A atuação desses grupos se apoiava no desejo de desenvolver uma sociedade melhor que a atual, formada nos preceitos de autonomia, respeito e solidariedade.

A educação comunitária, como expressão da educação popular, preocupa-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade – principalmente excluídos do sistema econômico – não produtores e não consumidores – na busca de *qualidade de vida*. GADOTTI (2005 p. 11).

Conforme aponta Singer (2002), o MST possibilitou aos trabalhadores do campo o desenvolvimento de ideais de cooperativismo e associativismo agrícolas e reacenderam no Brasil os princípios da economia solidária ao estabelecer uma relação orgânica na história de criação dos primeiros empreendimentos no país. Esse fato não serviu para engessar o formato e organização dos assentamentos, essas perspectivas eram apresentadas como estruturas organizacionais acessíveis, portanto possíveis de serem implantados, sobretudo quando a proposta dos trabalhadores que previam o uso coletivo da terra. Nesse sentido, vale ressaltar que o MST não preconizou nem preconiza a padronização estrutural ou física de constituição dos assentamentos, portanto a existência de semelhanças no desenvolvimento e organização econômica pode ser atribuída aos níveis de organização dos trabalhadores do campo em consonância com os mercados de trabalho e desenvolvimento local. Esse tipo de organização econômica foi implementado nos primeiros assentamentos do MST por intermédio de ações de formação concedidas aos trabalhadores, essas foram trazidas da Europa pela igreja católica e amplamente difundida nos assentamentos. E nesse sentido,

caracterizar uma perspectiva de mundo do trabalho focado na auto-organização do trabalhador na idealização de uma alternativa econômica como elemento de produção da vida como parte de um projeto maior de mudança nos rumos da sociedade brasileira.

Portanto, a idealização do MST como campo investigativo segue em consonância com o referencial teórico utilizado ainda nas vias do projeto de pesquisa, que apontam a relevância do MST como movimento social e deste como local de formação e participação, visto que, o surgimento dos acampamentos e consolidação dos primeiros assentamentos do Movimento tiveram importância fundamental, para oportunizar aos camponeses conhecimentos suficientes para a criação de cooperativas, associações ou empreendimentos que trouxessem o associativismo e a autogestão como formas de entendimento e organização das atividades de trabalho. Essas ações firmaram o MST como movimento social e são consequências dos episódios de crise econômica e política e do aumento da pobreza no país. Todavia, o apoio da igreja merece destaque na criação do Movimento, pois extrapolaram os episódios de mobilização popular que além de possibilitarem a formação política dos participantes e favorecer a conscientização dos trabalhadores acerca do combate ao latifúndio em busca da terra como direito. E considerando as contribuições dos ideais e práticas de economia solidária como fatores essenciais na constituição do MST, que essa investigação ganha definição do caráter pedagógico da participação dos trabalhadores.

3 A Economia Popular Solidária como aporte para construção do conceito de trabalho e participação da juventude

Os ideais de cooperativismo e associativismo agrário foram amplamente difundidos pelo MST desde a sua criação. Essas características que, por sua vez, pressupõem níveis elevados de disposição e de organização dos trabalhadores são consequências de um processo que não é novo e remete sua origem à primeira crise do capitalismo industrial. Segundo Paul Singer (2002), o surgimento do que se conhece como Economia Solidária ou Economia Popular e Solidária na atualidade iniciou-se na Europa com a organização das Aldeias de Cooperação idealizadas por Robert Owen em 1817. A criação dessas aldeias permitiu ao governo da época a reformulação dos modos de distribuição dos fundos de sustento e serviram para amenizar os efeitos da crise causados pela Primeira Revolução Industrial. Nesse período as atividades de trabalho idealizadas por Owen foram utilizadas como modelo de gestão para os mais diversificados empreendimentos e serviram de base para criação da ideia de cooperativismo e associativismo na Europa. Além disso, o funcionamento das aldeias de cooperação possibilitaram meios de garantia de sustento e sobrevivência aos camponeses pobres que se avolumavam pela Inglaterra e se organizavam para produção, consumo e venda. E assim proporcionavam a expansão territorial das aldeias em sua abrangência física e ideológica. Portanto, os princípios de gestão das atividades de trabalho na economia solidária, desde a sua idealização como projeto popular de combate à crise do capitalismo industrial, se fortaleceram e preservam suas características como premissas e aparecem como um mecanismo de resistência às crises do sistema capitalista (SINGER, 2002).

Ainda conforme esse mesmo autor, no Brasil, o desenvolvimento dos primeiros empreendimentos solidários remetem ao período de criação do MST, em um momento da história marcadamente caracterizado pela organização dos trabalhadores com a criação de sindicatos, centrais de trabalhadores e partidos políticos. Segundo Rocha Reis (2012), esse momento histórico começa com o final da ditadura militar e é marcado pelo associativismo e cooperativismo amplamente difundido pelo MST, por meio das práticas organizativas que possibilitam o desenvolvimento das localidades, em seus aspectos econômicos e sociais, sobretudo por se mostrarem viáveis para implantação entre os trabalhadores pobres.

O desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o desenvolvimento econômico até a concepção de sentido dos valores e metas da vida. Suposto esse modelo e os perfis do novo homem e da nova sociedade, poderemos afirmar que, pelo trabalho produtivo e pela práxis a que esse trabalho dá lugar, os homens, criativamente darão forma à sua própria história. Essa educação socialmente produtiva supõe fazer da educação um elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses homens e a esses grupos produtivos chegar à condição de atores reais e conscientes dos processos sociais. GUTIÉRREZ (2005. p – 26).

Nesse sentido, os empreendimentos populares de economia solidária surgem para o mundo do trabalho como opção para manutenção da vida, por meio da participação, que nas palavras de Francisco Gutiérrez (2005), é *necessariamente educativa* ao possibilitar conscientização e organicidade ao trabalhador. E é nesse ponto que os empreendimentos solidários se aproximam da concepção de movimento social popular, precisamente ao possibilitarem relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos. Todavia, esse processo mostra-se essencialmente pedagógico ao favorecer que os agentes se reconheçam como capazes de buscar a transformação da realidade de maneira conjunta e solidária diferentes, portanto, de políticas de governamentais com forte caráter assistencialista. Conforme Gutiérrez (2005), essas medidas são de cunho produtivista sem elementos para desenvolver *identidade comunitária* sem preparação de *uma transição cultural*.

A participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que se produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão ações concretas de transformação social, e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade. GUTIÉRREZ (2005 p. 27).

Ademais, o fomento e execução de projetos e programas de economia solidária podem ser entendidos em diferentes aspectos, que variam conforme os sujeitos envolvidos e a intencionalidade de instituições executoras. Sobretudo, quando é atribuído o entendimento da economia solidária como uma política pública, pois podem dar origem a empreendimentos com características próximas da economia popular, contudo sem promover organicamente entre os sujeitos reflexões praxiológicas ou relações de solidariedade.

No entanto, a economia popular solidária apesar de caracterizar uma alternativa de gestão acessível para geração de trabalhos, ainda galga terreno para sua consolidação, pois desde a criação dos primeiros empreendimentos assumidamente

solidários a atividade de trabalho ainda é permeada pela insegurança da informalidade. Essa parte do mundo do trabalho que abarca, em sua maioria, trabalhadores pobres, desempregados, e quase sempre, marginalizados pela sociedade capitalista. Dessa forma, os trabalhadores organizados são inspirados nos princípios da autogestão marcam a árdua e exitosa organização dos trabalhadores no intuito de criarem grupos de autoajuda: cooperativas populares, associações, oficinas, microempresas familiares, programas de desenvolvimento das comunidades, hortas orgânicas, organizações de subsistências e principalmente entre os movimentos sociais de luta pela terra. A organização de um empreendimento autogestionário implica muito mais do que o assalariamento mediante o trabalho executado, trata-se de um mecanismo de gestão que propõe relações de trabalho capazes de educar e inspirar a construção de outra sociedade.

Entretanto, vale ressaltar que os conhecimentos utilizados nos processos gestionários da economia solidária, muitas vezes contam com o auxílio de setores da sociedade comprometidos com a criação de mecanismos capazes de proporcionar trabalho e renda de forma consciente e sustentável sem, no entanto praticarem autogestão. Pois, não favorecem nas etapas de organização dos trabalhadores o entendimento de uma nova perspectiva decorrente de trajetórias diretamente ligadas a processos sociais de uso e produção de saberes típicos dos movimentos sociais.

Segundo Singer (2002), a autogestão de um empreendimento solidário tem como principal mérito, não a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano proporcionado aos trabalhadores. Pois, a despeito de uma cooperativa popular que envolve um determinado grupo de trabalhadores, as decisões são coletivas e possibilitam processos educativos, conscientizam, trazem segurança e transparência aos envolvidos no processo democrático da autogestão. Conforme esse autor, durante as décadas de 1980 e 1990, os empreendimentos solidários adquiriam grande expressividade nos setores populares ao possibilitarem maior participação dos trabalhadores nas lutas emancipatórias de combate à autoridade opressora das empresas capitalistas. Portanto, a autogestão caracteriza-se pelo modo de organização dos trabalhadores e pauta-se na premissa de que uma empresa solidária administra-se democraticamente, pois a horizontalização das relações definem os rumos do empreendimento solidário, SINGER (2002).

Diferentemente das empresas capitalistas, os empreendimentos solidários seguem os princípios da autogestão, mecanismo este que possui as características capazes de trazer direcionamentos aos processos de participação. Isso através do caráter democrático que deve perpassar por todos os aspectos de criação ou condução de um empreendimento autogestionário. Sobretudo pelos processos de criação ou transmissão de saberes no uso de tecnologias e das contribuições socioculturais que marcam essa opção ideológica que constitui o seu significado. Portanto, entender o caráter educativo dos modos de participação solidária e conceber o movimento dialético das atividades de trabalho. Este norte, quando entendido nas palavras de Paulo Freire, sugere a concepção da participação crítica como uma forma de sabedoria, transformação e libertação, pois estaria fundado em métodos dialéticos, capazes de transformar o sujeito em povo, “capaz de optar e decidir.” Freire (1999). Nesse sentido, o caráter educativo no trabalho autogestionário torna-se um elemento estruturante na EPS.

No sentido de caracterizar os empreendimentos de EPS, Paul Singer (2002) faz diferenciações entre o empreendimento solidário e a empresa capitalista que são fundamentais no entendimento e na intencionalidade de ambas. A começar pela forma de remuneração dos sócios, que pode ser organizada sem assalariamento ou competitividade e, principalmente, sem o lucro como finalidade precípua, não importando a natureza do empreendimento, se para produzir, comercializar ou poupar, “a chave dessa proposta é associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais”. Ainda segundo este autor, o empreendimento solidário se administra democraticamente por meio da prática da autogestão, princípio no qual os sócios do empreendimento solidário possuem o mesmo poder de voto, da opinião, discussão e posterior tomada de decisões, sempre com o objetivo de beneficiar o coletivo, pois “irmanar-se com os iguais e insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras”.

Em condições análogas, as empresas capitalistas que aplicam os princípios da heterogestão se estruturam de modo vertical, no qual as decisões na administração partem de uma diretoria, que geralmente, têm a finalidade de tornar a empresa mais competitiva e lucrativa. Segundo Paul Singer (2002), esse modo de gestão mostra-se eficaz em tornar empresas capitalistas lucrativas e produtivas, por outro lado, a autogestão logra êxito em tornar empreendimentos solidários economicamente ativos, democráticos e em parte igualitários. Entretanto, assim como nas empresas capitalistas

as atividades de trabalho nos empreendimentos de EPS são construídas a partir de relações com os mercados, e demonstram finalidades distintas quando confrontadas acerca da intencionalidade dos grupos de trabalhadores envolvidos nos dois segmentos. Nas empresas tidas como capitalistas objetiva-se a competitividade com escalonamento de salários dos funcionários, com a intensão de maximizar a acumulação dos lucros das empresas e são propriedade exclusiva de seus dirigentes, essas características são típicas das empresas que praticam heterogestão com administração hierárquica. Contudo, na caracterização de um empreendimento solidário, não basta que sejam identificadas práticas de autogestão, mas sim que seja caracterizada a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão que, por ventura, envolvem os diversos âmbitos da empresa solidária. No entanto, nos empreendimentos em que a horizontalização das relações configurem um objetivo entre os sócios o viés democrático de participação deve permear todas as áreas do empreendimento desde a sua idealização até o movimento de organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, Peixoto Filho (2004) traz importantes reflexões acerca do movimento de organização dos trabalhadores, essa articulação se mostra essencialmente pedagógica ao se afirmar como uma construção coletiva e estabelecer as relações de trabalho como condicionais para produção da vida. Tais reflexões ressaltam a participação dos trabalhadores nos processos organizativos, pois esses possibilitam o aprendizado e a emancipação dos trabalhadores. Portanto, os movimentos de organização dos trabalhadores surgem como possibilidades de um novo direcionamento e de alternativas que se estruturam nos pilares da solidariedade com ideais de reciprocidade e de desenvolvimento sustentável. Esses princípios, quando dão origem a empresas solidárias, podem aparecer de maneira subjetiva, mas evidenciam a participação e o caráter pedagógico estabelecido entre os trabalhadores envolvidos.

Todavia, a operacionalização dos processos gestionários nas empresas de EPS não permanecem unicamente no campo da subjetividade das relações entre os trabalhadores, pois, essa deve viabilizar maneiras de promover compensações financeiras aos trabalhadores. Segundo Paul Singer (2002), o direcionamento da empresa solidária caracteriza-se com a realização de assembleias, essas por sua vez, podem ser de caráter ordinário ou extraordinário conforme a pauta. Esses processos decisivos podem englobar desde a admissão/desligamento de sócios, a aprovação da

diferenciação entre os valores das retiradas³ ou mesmo a venda ou transformação do empreendimento em uma empresa tida como ‘capitalista’. Vale ressaltar que as práticas de assalariamento não são exclusivas de empresas que praticam heterogestão, elas podem acontecer e acontecem nos empreendimentos solidários se for uma decisão aprovada entre os sócios. Para Singer (2002), as razões que corroboram para que os sócios em empreendimentos solidários aceitem a desigualdade no valor das retiradas (salários) variam conforme a empresa, tipo de serviço executado ou valorização da qualificação profissional entre os sócios como garantia de melhorar a gestão. Nesse sentido, os níveis de organização entre os trabalhadores não aumentam por conta própria, mas se especificam e correm o risco de se desgastar conforme os rumos do empreendimento.

O funcionamento de um empreendimento de economia solidária pressupõe a participação contínua dos associados em todos os âmbitos da empresa, pois segundo Singer (2002), existe a tendência de um empreendimento estruturado na economia solidária transformar-se em uma empresa capitalista. Conforme esse autor, a tendência deve-se a fatores estruturais do empreendimento, que geralmente é dividido em cotas, que acabam sendo entregues à empresa por desistência do sócio ou mesmo colocadas à venda para o mercado externo ao seu local de origem. Em outros casos existem situações nas quais, o trabalhador se vê confrontado a investir mais recursos, ou dedicar-se integralmente ao empreendimento e vivencia o embate entre o praticar autogestão das atividades de trabalho ou aceitar a formatação hierarquizada do trabalhador da empresa capitalista. Essa por sua vez, valendo-se da sua estrutura verticalizada e do aparato de leis e direitos trabalhistas se apropriou do conceito de informalidade no trabalho, com a finalidade de aproximar as iniciativas e organizações de EPS ao campo da ilegalidade e marginalização das atividades de trabalho, tratando socialmente como trabalhador informal tanto o pequeno produtor rural o vendedor ambulante. Essa perspectiva desqualifica o trabalhador que passa a desacreditar nas razões que o levaram até o lugar de sócio de um empreendimento solidário e motivam o retorno desse trabalhador à posição de funcionário de empresas capitalistas, sobretudo por fatores que devem ser retomados aqui: tributáveis, previdenciários e atrás de garantias trabalhistas.

³ Na empresa solidária os sócios não recebem salários, mas fazem retiradas e estas variam conforme a receita obtida. (SINGER, 2002)

Portanto, os empreendimentos que se constituem como solidários por meio da sua aproximação com os processos autogestionários serão destacados por originarem dos processos organizativos de trabalho e educação a partir dos movimentos sociais, como são as cooperativas populares, as associações de produtores e alguns sindicatos. Essas instituições geralmente reconhecem nas formas de trabalho tidas como informal e formadas majoritariamente nas camadas mais pobres da sociedade, das quais ressurgem para reivindicação e participação no mundo do trabalho na busca por sustento e garantia de sobrevivência. Assim, possibilitam por meio da subjetividade das relações de participação elementos que promovem educação nas relações de convivência e trabalho, quase sempre precárias, mas estruturada dentro de uma perspectiva horizontalizada e construída com a organização política dos trabalhadores. Dessa forma, esses trabalhadores reforçam a concepção de que a solidariedade na economia não é fruto da bondade humana, mas do entendimento de que o trabalho se torna categoria que norteia todo o processo de produção, Tiriba e Fischer (2011). Nesse sentido, vale ressaltar que não constitui como princípio da economia solidária o rompimento das relações capitalistas de mercado, caracterizam outra perspectiva de mundo do trabalho, igualmente dependente da movimentação do mercado, contudo é sugestiva de mudança na leitura de mundo, na qual a produção da vida e a formação humana não são menores ou menos importante do que as relações de trabalho.

Nesse sentido, além da ligação estabelecida de forma orgânica com o MST da sua *gênese* até a sua criação na década de 1980 foi na década de 1990 que o movimento de economia solidária (ECOSOL) ganha expressividade na agenda dos movimentos sociais. E na realidade brasileira após o período de duas décadas marcadas por sucessivas crises na economia, com o fim da ditadura militar e a instauração da democracia no país, os movimentos de economia solidária ganharam terreno e adeptos no campo e nas cidades, através da proposição de atividades de trabalho com remuneração justa e relações de trabalho horizontalizadas. Dentro dessa perspectiva, em 2001, a economia popular e solidária protagoniza por meio de diferentes canais de participação popular, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil, a I Plenária Nacional de Economia Solidária com a definição de políticas públicas para ECOSOL (Adams et al, 2015). Segundo estes autores, essa ação serviu para favorecer a ampliação do número de estabelecimentos de economia solidária por intermédio de iniciativas populares e incentivos públicos através dos Estados e Municípios que passaram a promover ações de incentivo e divulgação das práticas de EPS como política

pública. Posteriormente, em junho de 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), órgão concebido para interlocução permanente entre Governo e Sociedade Civil e compunham o organograma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa política de governo favoreceu a ampliação da produção agrícola, por meio da Agricultura Familiar e possibilitou que pequenos produtores rurais, diversificados grupos de artesãos, catadores de materiais recicláveis dentre outros trabalhadores que “saíssem da informalidade” através da oferta de incentivos para formalização dos serviços, pois diferentemente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação brasileira legitima a proposta integralizadora da economia solidária, e garante aos Estados e Municípios a autonomia para desenvolvimento de legislações próprias para fomento e regulamentação para atividades de criação de empreendimentos da Economia Popular Solidária ou Economia Solidária, bem como a sua legitimidade para desenvolvimento da vida e consequente formalização das relações de trabalho, BRASIL, (2015).

Contudo, para aproximação do referencial de trabalho que conduz a investigação desta pesquisa é necessário identificar o perfil dos trabalhadores que atuam em empreendimentos solidários. Para tanto, foi necessário descrever e alguns pontos da história de criação do MST, amplamente detalhados por Roseli Caldart (2012) em sua pesquisa intitulada a *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, com base nesses dados eu procuro identificar elementos e correlacionar fatores históricos capazes de ligar as práticas de economia popular solidária aos assentamentos do MST. Segundo essa autora, a perspectiva sociocultural mostra-se eficaz em promover a compreensão da cultura de ser um sem terra do MST através de *uma dimensão dos processos de formação de novos sujeitos sociais e como parte de determinadas formas históricas de lutas de classes* (Caldart, 2012, p. 44). E acrescenta que este olhar sociocultural advindo da Antropologia permite entender a cultura como modo de vida, como repasse geracional de valores e objetos compartilhados por um grupo coeso de seres humanos. O MST existe por ser um movimento capaz de se perpetuar, desde a sua criação e ultrapassar gerações para continuar se constituindo como lugar de formação humana. Deste modo, ao agrupar os elementos de maior relevância neste processo é possível perceber que os episódios da história que deram origem ao MST partiram da organização de trabalhadores em movimentos isolados, que lutavam pela mesma causa sem uma unidade nacional e também corroboraram no desenvolvimento da economia popular e solidária.

Portanto, a crise no trabalho industrial, a mecanização das lavouras, o desemprego, o aumento da miséria e a falta de uma política agrária voltada para os camponeses foram as principais causas de mobilização e organização dos trabalhadores do campo para criação de um movimento nacional de lutas. A criação do MST foi uma consequência da organização dos trabalhadores e a sua setorização dos assentamentos uma causa responsável por *reacender* no Brasil as práticas de economia solidária, sobretudo cooperativismo e associativismo agrário. Essa ligação entre o MST e a prática de economia solidária, especificamente sobre o surgimento do *cooperativismo agrícola* a partir dos *projetos alternativos comunitários* (PACS), que aparece de modo sintético e pontual em Singer (2002, p. 122). Todavia, a participação dos trabalhadores no MST é o fator que possibilita a efetivação dos processos educativos e o desenvolvimento da identidade desses sujeitos no contexto sociocultural das atividades de trabalho, de reflexão sobre a prática organizativa de um fazer político subjetivo e agregador.

Nesse sentido, vale destacar o MST como pano de fundo para desenvolvimento deste estudo, no qual os fatores históricos que envolvem a trajetória de criação do Movimento foram consideradas como fundantes na construção e entendimento da identidade dos sujeitos que dele participam. Para tanto, foram feitos alguns questionamentos acerca das condições em que o MST mantém suas ações de organização na atualidade, acerca do trabalho, da educação, da participação nas lutas e principalmente na formação humana dos trabalhadores. Esses questionamentos permearam as vias desta investigação ainda sua fase de projeto, e serviram para direcionar os olhares sobre os jovens do MST como perspectiva de continuidade dos ideais de solidariedade, autogestão, associativismo e cooperativismo popular nas atividades de trabalho típicas da economia popular e solidária. Inicialmente a ideia seria investigar as juventudes do MST, contudo essa análise teria proporções audaciosas para conclusão em um curto espaço de tempo, o que tornou inviável a condução da proposta. No entanto, os questionamentos permaneceram e conduziram o olhar empírico para os Assentamentos, nos quais a redução do campo de investigação em uma escala menor, ainda se mostrava favorável sem perder a relevância, pois a *representatividade do Movimento* nos assentamentos promove, sobretudo, a identificação dos jovens de um assentamento como pertencentes ao MST. E esse foi o fator preponderante para definição de um assentamento como local da investigação e uma parcela dos jovens assentados como sujeitos da pesquisa.

40 Assentamento Oziel Alves Pereira e a questão das Juventudes

O Assentamento Oziel Alves Pereira fica na cidade de Governador Valadares, município criado em 1938 com a junção de alguns distritos que surgiram na região do vale do Rio Doce. Muitos desses povoados formaram-se em virtude das oportunidades comerciais que se desenvolveram às margens do Rio Doce e das benesses da estrada de Ferro Vitória – Minas. O município tem o histórico de desenvolvimento em função do crescimento do comércio e posteriormente da pecuária, tipicamente destinada à engorda de bovinos para abastecimento dos mercados consumidores. Conforme estimativas do IBGE, a população estimada para o ano de 2016 foi de 279.665 pessoas, destes somente 10.389 vivem em área rural e sua localidade dista da capital mineira, Belo Horizonte em aproximadamente 318 km, ao noroeste de Minas Gerais.

A dinâmica de desenvolvimento econômico da cidade de Governador Valadares não evidencia que segue a mesma proporção da expansão urbana, pois ao que pese, o crescimento físico da cidade é perceptível e serve de parâmetro no entendimento das características urbanas que se aproximam do território do assentamento. A urbanização de áreas que antes eram essencialmente rurais favorece o surgimento de alterações no estilo de vida das pessoas, sobretudo, no que diz respeito ao acesso à mobilidade e consequentemente a outros mundos do trabalho, além do trabalho rural.

A cidade é nacionalmente famosa pela cultura migratória, na qual o senso comum popularmente especula que metade de sua população viva hoje nos Estados Unidos. Não foram encontrados dados empíricos que comprovassem essa informação, contudo é fácil identificar pela cidade, sobretudo no comércio de alguns bairros, a influência trazida de fora. Pois, muitos munícipes quando retornam ou mesmo ainda estando fora investem na abertura de lojas e no mercado imobiliário da região.

O território próximo ao Assentamento Oziel é de visível desenvolvimento imobiliário com fatores indicativos de fortalecimento do comércio com a instalação de um grande hospital privado além de lojas, pequenas fábricas e hotéis. Esse fato é de grande relevância quando o objeto da investigação são os jovens, pois segundo Weisheimer (2004), a juventude tende a apresentar maiores demandas na geração de novos empregos, portanto estão suscetíveis à migração ou entrada no mundo do trabalho informal. Essa característica é facilmente apontada por um pequeno passeio pelo centro de algumas cidades, empiricamente é possível constatar que o aumento da demanda para os empregos tido “informais” encontram nas classes mais pobres o contingente

necessário de mão de obra, e considerando a atual crise do emprego essa característica não apresenta indícios de desaparecer. O território do assentamento é geograficamente periférico com relação à cidade e apresenta as mesmas características de um bairro pobre das capitais brasileiras ou de um empreendimento imobiliário popularrecém-criado, obviamente, por ser um assentamento de reforma agrária não se vê o comércio de casas ou qualquer tipo de especulação fundiária. Nas ruas é possível identificar algumas características estruturais, como ruas sem nenhum tipo de pavimentação e algumas casas aparentemente inacabadas, além de dinâmicas típicas de um bairro de periferia com muitas pessoas nas ruas no final da tarde, jogando ‘truco’ ou bebendo num pequeno bar.

Apesar de existir desde 26 de junho de 1996, data da entrega das chaves da antiga fazenda às famílias, o Assentamento parece não ter consolidado a sua identidade na cidade de Governador Valadares, onde popularmente a identificação do território do Assentamento “*Oziel*”, continua sendo como: “Os Sem Terra”. Especula-se que o reconhecimento do Assentamento como bairro já teria sido institucionalizado pela administração da cidade caso não existissem regras de conduta entre os assentados em programas de Reforma Agrária e o MST para permanência no Assentamento. Ao que parece essas regras são naturalizadas e fazem parte da rotina das pessoas, de modo que são imperceptíveis no dia a dia. Dessa forma, quando são identificadas e comprovadas situações que possam comprometer a dinâmica do Assentamento, o assunto é amplamente discutido entre os setores envolvidos e junto das lideranças locais, e só então, de modo conjunto são decididas as medidas que serão aplicadas. Essa prática organizativa que prevê a tomada de decisões coletivas remete ao período de nascimento do MST, no qual o associativismo e cooperativismo agrário ganhou muita evidência.

As peculiaridades existentes no Oziel suscitam outras perguntas e possibilitam a construção de outros estudos relacionados à construção da identidade do Assentamento ressaltando a proximidade com a cidade de Governador Valadares e os impactos causados na dinâmica da população do campo que por lá vive. E considerando a relevância deste assunto, a presente investigação pautar-se-á nas relações humanas que envolvem circulação de saberes entre as atividades de trabalho, educação e na participação das juventudes no Assentamento como organização popular.

As condições sociais que perpassam pela realidade dos jovens assentados no Oziel são sugestivas de uma população com características culturais híbridas, pois os

perfis e estilos de vida dos jovens agregam elementos do cotidiano urbano, advindos das escolas, das empresas e do comércio da cidade. Dentro do Assentamento existem duas escolas públicas, sendo uma municipal que oferece educação infantil na modalidade integral, e outra escola estadual com as séries do ensino fundamental. As duas escolas atendem as demandas do Assentamento e também dos bairros vizinhos, de modo que os alunos que moram no Oziel quando concluem o 9º ano do ensino fundamental são transferidos para escolas estaduais que oferecem o ensino médio. Dessa forma o remanejamento de alunos, entre escolas estaduais e municipais, segue a programação de cadastro escolar e remanejado entre escolas que funcionam fora do Oziel.

O recorte estabelecido busca apontar a juventude como temática de pesquisa e especificamente o jovem no campo como sujeito ainda pouco estudado. Essa constatação parte de alguns dados relevantes acerca do levantamento realizado por Weisheimer (2005), o referido estudo teve por objetivo mapear, discutir e esboçar o estado da arte no campo Juventude Rural no intervalo de 1990 a 2004. Esse levantamento da produção científica que evolui as juventudes rurais, este autor localizou e detalhou no intervalo de 14 anos o total de cinquenta trabalhos, realizados por 36 pesquisadores brasileiros e aponta a produção de 02 teses de doutorado, 03 livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Por meio desses dados é possível perceber a inexpressividade das produções acerca da temática da Juventude Rural que não totalizam 04 pesquisas por ano no intervalo de 1990 a 2004. Segundo esse autor, os dados mostram a invisibilidade do jovem rural no campo das pesquisas brasileiras, constituindo no momento, um objeto ainda pouco estudado.

Conforme as análises feitas por Weisheimer (2005) ocorreram significativos aumentos nas produções acadêmicas a partir do ano 2000, período ao qual ele atribui o número de artigos publicados em 2002 e 2003 a eventos acadêmicos que abordavam a temática, como o Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural e o Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorridos em sequência. As produções se intensificaram a partir deste período, totalizando até 2004, 86% das produções acessíveis no levantamento. Esses dados demonstram aumento no interesse de pesquisadores pelo tema da juventude rural, consolidando-a como campo de investigação. Vale ressaltar que a maioria das pesquisas foram desenvolvidas nas regiões sul, sudeste e nordeste, sendo a primeira a maior detentora de trabalhos.

Segundo o autor esse fato pode ser atribuído ao maior predomínio da agricultura de base familiar, que segundo o Censo Agropecuário 1995 – 1996 do IBGE representam 90,5% dos estabelecimentos agrícolas da região sul do Brasil.

Ademais o autor aponta a identificação de quatro linhas temáticas que nortearam o desenvolvimento das pesquisas durante o período, sendo elas: Juventude e Educação Rural; Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; Juventude Rural e Inserção no Trabalho e Juventude e Reprodução Cultural na Agricultura Familiar e no bojo dessas linhas temáticas foram identificadas cinco abordagens utilizadas nas definições de juventude rural, sendo elas: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social, além de 14 maneiras distintas de denominar os jovens do rural que remetem a dois diferentes tipos de classificação: Geográfica e Socialização. Conclui a abordagem de estado da arte com valiosas contribuições e apontamentos quanto aos limites nas abordagens utilizadas e falta de problematizações do objeto, limitando a reproduzirem os recortes demográficos e os critérios normativos como os de limites etários. Entretanto, a pesquisa ressalta que a juventude rural continua a ocupar *indevidamente* a condição de *estado de coisas* permanecendo alheio ao meio acadêmico, pois ainda que consolidado como objeto de pesquisa ainda é pouco estudado, WEISHEIMER (2005).

Nesse sentido, as juventudes rurais os jovens no campo ou os jovens da roça, tornaram-se os sujeitos das minhas reflexões, e ainda nas vias de projeto de pesquisa se afirmaram também como sujeitos dessa investigação. De modo a mensurar o andamento das pesquisas em educação que abordaram a juventude rural como objeto de estudos foram realizadas visitas virtuais aos grupos de trabalhos (GT's) da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd). No site desta associação é possível acompanhar o andamento de pesquisas em educação nos seus vários desdobramentos além acessar os resumos de trabalhos apresentados nas reuniões anuais. Especificamente nessa ferramenta que foram consultados os resumos das três últimas reuniões anuais da ANPEd, respectivamente as edições de número 34º, 35º e 36º e foram localizados dois trabalhos que traziam a “juventude rural” como componente do título do trabalho, palavra chave ou mesmo citação. A localização das referidas palavras deram-se por meio de uma ferramenta de localização do programa Adobe Reader, na qual eram registradas como objeto de busca. Na 35º reunião anual, acontecida em Porto de Galinhas no ano de 2012, consta o trabalho intitulado “Juventude em Escolas

Famílias Agrícolas do Semi-árido: Paradoxos entre Educação Trabalho e Campo”, das autoras Giorgina Oliveira Costa Lins e Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, o trabalho foi apresentado no GT 3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos. O segundo trabalho foi localizado através dos mesmos procedimentos e ferramentas citadas anteriormente, consta que foi apresentado no GT 14 – Sociologia da Educação, da 36ª reunião anual que aconteceu na cidade de Goiânia no ano de 2013, com o título: Migração rural – Urbana, Juventude e Ensino Superior, com autoria de Nadir Zago – UNOCHAPECÓ. Ressalta-se que nos resumos da 34ª reunião não foram localizados trabalhos que trouxessem a “Juventude Rural” como palavra chave. As buscas por produções acadêmicas com esse objeto de estudos foram realizadas unicamente no site da ANPEd. Considerando que esta demonstra ser a mais expressiva e organizada associação de pesquisadores em educação, a qual promove reuniões bianuais de forma nacional e regionalmente com encontros anuais e tem dentre os principais objetivos a divulgação e promoção de pesquisas em educação, razão pela qual foi escolhida para verificação das produções acadêmicas que tratassem de assuntos relacionados às juventudes do campo.

Outro aspecto marcante entre as juventudes e de fundamental importância nessa investigação refere-se à dificuldade que os jovens têm em acessar o mundo do trabalho. Pois, as recorrentes crises que atingem a economia capitalista impactam diretamente na geração de empregos, atingindo toda a cadeia de pequenos empregadores da agricultura familiar. Dessa forma, as demandas para geração de novos postos de trabalho recaem no poder público para criação de novos postos de trabalho e para o desenvolvimento de políticas públicas para juventude. Apesar de movimentos sociais, como o MST, destacarem as lutas dos trabalhadores jovens do campo como cidadãos conscientes, capazes de participarem na constituição da sociedade justa e plural. Também existe o entendimento dos jovens do campo ainda como estado de coisas, Weisheimer (2005), no qual os jovens do campo não são entendidos como sujeitos de direitos. Essa concepção de juventudes distingue da concepção condicional, e aparecem como produtos da lógica reprodutivista do atual sistema hegemônico, que ofusca o histórico de lutas no campo e limita as relações de trabalho a uma relação de opressão e comércio. Todavia a imagem estereotipada dos sujeitos jovens, como desinteressados e irresponsáveis, a escassez de oportunidades de emprego desencadeiam reações nas juventudes que envolvem a luta por sobrevivência, pois muitos não conseguem ingressar no mundo do

trabalho, migram e tornam-se vítimas vulneráveis da vida caótica dos centros urbanos. Nesse contexto, muitos jovens encaram a possibilidade de abandonar as áreas rurais em uma relação de busca por ingressar no mercado de trabalho, oportunidade de estudos.

Nesse sentido, a permanência do jovem no meio rural é marcada por conflitos no campo subjetivo das relações sociais e envolvem aspectos políticos e culturais, que podem ser exemplificados pelo jovem que não muda para a cidade e, ao contrário, busca formas de promover desenvolvimento local, por meio da participação e organização política. Essas ações podem ser entendidas através das diversas maneiras, nas quais os jovens demonstrem ações de Nesse sentido o olhar fixou-se no jovem da roça, na juventude rural, no jovem rural, no jovem agricultor e camponês, categorizados por Elisa Guaraná de Castro (2008), como *‘mobilizadores da ação política’*, contudo ainda presos nos preconceitos das imagens urbanas sobre o campo. A participação política é então um caminho essencial para a busca de ações que configurem uma relação da juventude com o meio rural consciente dos direitos a uma cidadania plena, na qual as políticas públicas sejam pensadas como alternativa de concretização de uma vida melhor. Portanto, a relação das juventudes com os movimentos de organização e participação política possibilita que os locais de convivência configurem espaços pedagógicos e de fruição da juventude.

Na construção dessa pesquisa, a opção foi utilizar o conceito de juventude em uma perspectiva condicional, na qual se permite assumir a categorização do jovem como “condição”, entendimento que dá ao sujeito da pesquisa a ideia do jovem como um sujeito em construção. Obviamente, admito que se trate de um indivíduo que virá a ser “adulto”, e neste processo de “vir a ser”, a construção da análise tem como foco as relações sociais ligadas às formas de: participação, educação e trabalho. Vale explicar que a ideia do indivíduo que “virá a ser” é utilizada unicamente como recurso didático em sua nomenclatura, pois aponta para o entendimento do processo de construção da identidade de sujeito adulto que enquanto passava pela escola já poderá também trabalhar⁴, na sequência poderá votar em seus governantes e também constituir família. Essa visão generalista é permeada de ações que se relacionam com as formas de participação do indivíduo jovem. Em um curto exemplo é possível identificar que a intencionalidade em classificar o indivíduo jovem, como se estivesse inserido em um

⁴ A legislação trabalhista brasileira autoriza a contratação de menores de 18(dezoito) anos como “menor aprendiz”.

processo de *vir a ser* pode compartimentar o conceito de juventude junto às etapas de formação do cidadão, nas quais a idade demarca o viés educativo da ação burocrática de participar na constituição da sociedade. Os jovens que se desvirtuam dessa trajetória são facilmente responsabilizados pela trivial incerteza e descrença em seu futuro, quase sempre atribuídas às “más escolhas”, sem considerar as condições, nas quais elas foram tomadas. Essa mesma falta de credibilidade tem origem no entendimento dos jovens como incompletos, novamente em processo de “vir a ser”, definição também apropriada em leituras neoliberais, conservadoras e economicistas, que desresponsabilizam o Estado e Sociedade de suas tarefas com as novas gerações, TIRIBA e FISCHER (2011).

Note-se que as políticas para juventude têm, como público alvo, essa juventude excluída do trabalho formal e da escola. Em geral, as ações incluem a dimensão da qualificação profissional, combinada ou não à inserção no mercado de trabalho. Tais ações estão fortemente ligadas à gestão do desemprego. Os jovens nessa perspectiva, em vez de sujeitos de direitos são considerados sujeitos de assistência social. Além disso, o trabalho aparece como uma prática social, capaz de disciplinar o jovem, contribuindo para a diminuição dos riscos que ele ocioso, potencialmente cria para sociedade TIRIBA e FISCHER (2011, p. 15).

Ao entender a juventude como condição implica em considerar os aspectos físicos, políticos e sociais que os qualifica, antes de tudo, como cidadãos, este exercício posiciona a discussão acerca da juventude para além do entendimento de um período do desenvolvimento humano. De modo a favorecer interpretações delimitadas durante a investigação foi considerada a perspectiva condicional das juventudes juntamente com a definição de jovem estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera jovem a população brasileira com idade entre 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos. Do mesmo modo, a delimitação exclusivamente feita por idade demonstra fragilidade ao ser comparada com o entendimento condicional do jovem, pois delimita o recorte etário sem admitir o social, sem incorporar à definição questões importantes da nossa complexa sociedade, como questões de gênero por exemplo. No entanto, o uso do recorte etário serviu de parâmetro para subsidiar análises na verificação e comparação da perspectiva condicional com os indicativos do banco de dados do próprio IBGE. Entretanto, ao utilizar a expressão “vir a ser” para endossar o entendimento proposto acerca da juventude não há intenção em reduzir a responsabilidade ou justificar a ausência do Estado nas demandas da juventude, mas reforçar as formas de relações sociais ligadas às etapas do *vir a participar de um*

movimento social, vir a ser trabalhador. Nesse sentido, a investigação foi construída de modo a desvelar o caráter educativo implícito nessas formas de participação no MST e no Assentamento Oziel Alves, destacando saberes que contribuíram na elaboração do(s) conceito(s) de trabalho que serão analisados nos capítulos que seguem.

A identificação de elementos relacionados à transmissão de saberes entre as formas de participação dos jovens foram entendidas como estruturantes na elaboração dos instrumentos metodológicos de entrevista e observação, pois destacaram as relações sociais ligadas ao trabalho e a participação dos jovens no Movimento, além de trazerem reflexões acerca do desenvolvimento do Assentamento e o caráter pedagógico que se estabeleceu nos princípios de solidariedade e respeito, entendidos como constitutivos dos ideais do trabalho como princípio educativo.

A pluralidade de juventudes na sociedade brasileira segundo Dayrell (2007), sinalizam mudanças que ultrapassam fatores geracionais com características e práticas sociais próprias. Nesse sentido, falar em condição juvenil implica no modo de como uma sociedade se constitui e atribui significado a este ciclo da vida que já foi sinônimo de rebeldia, hoje tem status de mão de obra barata que também é formada por jovens preocupados com a conjuntura política nacional e os retrocessos nas conquistas de direitos sociais brasileiras.

As experiências de participação políticas podem ser ‘reais’ ao longo da infância e da adolescência, na medida em que esses sujeitos participam de situações de construção de espaços comuns de negociação e de luta, (CASTRO 2008, p. 255).

Segundo Castro, (2008) o fenômeno participativo pode ser entendido como uma ação educativa em diversos contextos sociais. Em sua análise foram entrevistados distintos grupos de jovens com histórico de ativa participação política. A constatação que se chega, refere-se à importância de se institucionalizar a causa na qual os jovens se identificam, sejam elas a escola, grêmio estudantil ou o grupo de jovens. Segundo o autor, a luta por uma instituição foi fator relevante para que os jovens protagonizassem momentos de ativa participação para reivindicar melhorias ou adequações na instituição na qual participava. Ainda conforme este autor, alguns dos jovens entrevistados atribuíam à militância em partidos políticos a trajetória inicial de participação social e à filiação partidária como opção para continuidade nos momentos de participação e desejo de integrarem algum movimento social.

Entretanto, para Castro (2008), a discussão que hoje se faz acerca da participação social e política dos jovens tem importância fundamental na pesquisa científica, sobretudo quando parecem existir indicações de que os jovens não se interessam por assuntos que envolvem a temática (WELTI, 2002; PLEYRES, 2005; citado por CASTRO, 2008). Dados estatísticos apontados em amplo estudo da juventude brasileira financiado pelo Instituto Cidadania (ABRAMO & BRANCO, 2005) trazem algumas relações entre política e juventude e chamam atenção para alguns aspectos: apenas 15% de jovens participam de quaisquer atividades de grupo no bairro e na cidade; menos de 37% reconhecem que a política influencia muito em suas vidas, e quando se fala de partidos políticos esse número não ultrapassa 3%. Dentre os números apresentados, o último indicativo serve de base para reforçar os argumentos até aqui construídos, pois indica uma leitura que confirma o desinteresse da maioria dos jovens quando o assunto é política, somente uma pequena parcela da população jovem ingressa em movimentos ou partidos em busca de participação política. Esses dados são referentes a uma amostragem de jovens de vida urbana, pois representam a maioria da população jovem segundo o IBGE, nesse sentido estima-se que a participação política da juventude do meio rural seja ainda mais escassa.

As diferentes formas de participação sociais entre os jovens originam-se nos fatores econômicos, políticos e educacionais, nas quais, a origem colonialista da população empobrecida é educada para permanecer e perpetuar a tendência de naturalização das relações de opressão e subserviências, a Colonialidade (Adams et al, 2015). Cujo processo geracional serviu para demonstrar a invisibilidade política de grande parte da população brasileira, que tem se estruturado em diferentes níveis de participação, decorrentes de um “progresso”, pautado na exclusão, nos quais as situações de desigualdades sociais ressaltam a visibilidade e estreitam a distância entre as relações de educação e trabalho.

As contribuições de Suzana Coelho (1996) compreendem importantes análises acerca da entrada de jovens no mundo do trabalho. Em sua pesquisa a autora relata a complexidade em que as circunstâncias de vida entre jovens favelados interferem nos processos educativos para formulação de conceitos, comportamentos e mentalidades. De igual modo a perspectiva que norteia os olhares empíricos desta pesquisa está no desenvolvimento do(s) conceito(s) de trabalho a partir da condição de jovens assetados. Nesse sentido, vale ressaltar que o MST e o Assentamento Oziel Alves serviram de referenciais de instituições políticas e como principal canal de verificação da

participação de um grupo social concreto que compõe uma parcela das Juventudes Rurais.

Outro ponto de análise subsidia-se nos dados do IBGE e são referentes ao censo de 2000, que indicam o crescente aumento do fenômeno migratório entre os jovens do campo, Weisheimer (2004). Esse autor traz em sua pesquisa as contribuições de um *estado da arte* no qual são quantificados comparativamente para demonstrar a situação de ostracismo ocupada pelas juventudes do campo. Ele aponta o movimento migratório das juventudes rurais como decorrência de uma situação de invisibilidade social historicamente atribuída à categoria. O lugar de invisibilidade acadêmica e política ocupado pelos estudos da juventude rural são indicativos de que a condição juvenil dificilmente entrará na agenda governamental e permanecerá como “estado das coisas”.

O referido estudo serve de base para verificação das políticas públicas destinadas às juventudes do campo, evidencia também a situação de invisibilidade social de parte dessa população como causa aparente do movimento migratório e que lamentavelmente reafirmam a indevida condição de estado de coisas da juventude rural.

O atual estado das coisas implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão, (WEISHEIMER 2004, p. 9).

As consequências desse esvaziamento são socialmente danosas ao desenvolvimento econômico das áreas rurais, pois a escassez de perspectivas de desenvolvimento local e a falta de emprego no campo corroboram para o surgimento de dilemas nos processos de sucessão familiar, e perguntas como as que seguem continuaram aparentemente sem respostas.

Quem vai dar continuidade à administração das pequenas propriedades rurais e dar segmento às construções de uma geração antecedente? Quem vai herdar a roça?

Esses questionamentos são patentes no meio rural e indicam mudanças na configuração da vida das pessoas com fatores preponderantes no entendimento do crescente esvaziamento das comunidades rurais brasileiras. Dados do DIEESE revelam as perspectivas do desenho que vem se formando com a população no campo, sobretudo com a atual crise do emprego que indicam queda significativa no número de

empregadores de 559 mil para 267 mil, e outra redução refere-se aos *não remunerados*⁵⁵ e apontam -66,5% entre 2004 e 2013 (DIEESE, 2014). Este movimento tem apresentado números e perspectivas que podem ser danosas na configuração da população e no baixo desenvolvimento econômico das localidades, pois indicam significativa redução da população no campo. Portanto, essa é a realidade social que caracteriza a região do assentamento e a proximidade com o centro da cidade de Governador Valadares configura a região como fornecedora de mão de obra, o que implica na saída dos assentados no Oziel, sobretudo dos jovens.

Por fim, na busca por procedimentos metodológicos capazes de viabilizar o alcance dos objetivos propostos nessa investigação foram utilizados instrumentos da pesquisa qualitativa, os quais possibilitam apreender elementos da subjetividade dos sujeitos em processo de “*vir a ser*”. Para tanto, buscou-se uma aproximação metodológica com os princípios da Pesquisa Participante, com o uso da observação participante, entrevistas semiestruturadas, diário de campo além de registro de relatos e imagens. A descrição do campo empírico bem como as formas de utilização dos instrumentos metodológicos utilizados será descrita adiante, juntamente com apontamentos possíveis de serem ancorados no referencial teórico utilizado.

⁵⁵ Segundo o estudo, este segmento da população engloba majoritariamente crianças, jovens e mulheres.

50 trabalho para os jovens do Assentamento Oziel

O Assentamento Oziel Alves preserva características da realidade campesina a começar da sua estrutura e organização, que segue uma lógica de separação entre o local de trabalho sendo a roça, e o espaço de moradia a agrovila. Que por sua vez não possui padronização na estrutura das casas que se concentram, em sua maioria, perto da principal via de acesso à cidade de Governador Valadares. Essa via de entrada é a única que recebeu pavimentação asfáltica as demais ruas são de terra.

Figura 1: Entrada do assentamento Oziel Alves



Fonte: Acervo pessoal do autor

Quando foi autorizado o assentamento e definidos os lotes da agrovila começaram as construções das casas, em um primeiro momento de forma coletiva. Contudo, esse modo de organização não demonstrou a eficiência esperada, grande parte devido à incompatibilidade de tempo, falta de recursos financeiros e disponibilidade dos moradores em trabalhar nas construções. Para os moradores, cada dia trabalhado em uma casa da comunidade significava mais um dia dormindo em uma barraca de acampamento. Nesse sentido foi definido que as construções ficariam sob a responsabilidade de cada família assentada e a cooperação seria de forma livre.

Figura 2: Rua Roseli Celeste Nunes da Silva



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A maioria das casas não possuem cercas e não existem muros, sugestivas da interpretação da coletividade desenvolvida nos tempos de acampamento. Os terrenos são arborizados e quase sempre contam com um jardim na entrada da casa. Contudo, ainda parecem estar em construção, pois a maioria dos filhos dos assentados constituíram novas famílias e continuam moradores do assentamento e ampliaram as construções originais. O fato de existirem casas sem reboco, sob tijolos laranjas, caixas d'água a vista, janelas e portas sem acabamento final garante ao Assentamento Oziel Alves uma forma de bairro periférico dos grandes centros, e ele parece aguardar a chegada da cidade às sua margem.

Figura3: Agrovila do Assentamento Oziel



Fonte: Acervo pessoal do autor

A agrovila foi fixada nesses moldes e o assentamento manteve preservada a estrutura da fazenda ministerial. Às margens da única via pavimentada surgiram espaços coletivos que foram construídos pelos assentados ou ressignificados de forma a atender as necessidades coletivas. A sede da antiga fazenda, onde funcionavam alguns

escritórios da administração deu origem a um prédio escolar e que hoje funciona como uma creche. Este espaço foi organizado de modo a receber prioritariamente as crianças do assentamento, contudo a escola foi reestruturada e incorporada à rede municipal de Governador Valadares e passou a atender também às crianças dos bairros vizinhos. Apesar da municipalização, a escola continua a seguir as diretrizes de educação no campo e os ideais do MST na construção da reforma agrária são repassados aos *Sem Terrinha*⁶. Nessa mesma rua fica a escola estadual de ensino fundamental que se instalou em construção própria do governo de Minas Gerais que atende o público do assentamento e também dos bairros no entorno.

Figura 4: Escola do Assentamento Oziel



Fonte: Acervo pessoal do autor

Em frente à escola existe uma pequena igreja católica vinculada a uma paróquia próxima e que recebe celebrações aos finais de semana. Não consegui informações acerca da existência de outros templos ou outros espaços religiosos para manifestações de outras religiões dentro do assentamento, ao que parece a maioria da população é católica. Ao lado da igreja foi construído o Centro de Vivências do Assentamento, visualmente aparenta ser uma quadra poliesportiva, talvez possua as mesmas dimensões, contudo, é um espaço destinado à realização de eventos como cursos de formação além de servir de alojamento. Devido a infraestrutura física do assentamento comporta um grande número de pessoas, por isso ele é sempre utilizado para encontros regionais e cursos de formação do MST. Um pouco à frente existe outra edificação o

⁶*Sem Terrinha* é o modo carinhoso de tratamento que as crianças assentadas recebem no MST. Ver mais em www.mst.org.br/semterrinha

Centro de Formação que é um pequeno auditório usado para reuniões e algumas festas do assentamento, ao lado existe um alojamento que é utilizado nos encontros regionais.

Figura 5: Centro de Formação do Assentamento Oziel



Fonte: Acervo pessoal do autor

Conforme dados disponíveis no INCRA, o assentamento tem capacidade para comportar 68 famílias no máximo, contudo, esse quantitativo aparenta ser de mais de 90 famílias, considerando as novas construções na agrovila e nas roças. Não foram encontrados números referentes a esse quantitativo de pessoas, famílias ou moradores nas bases de dados censitários do IBGE. Nesse sentido, não foram localizados no momento da pesquisa empírica registros exatos da quantidade de moradores do assentamento nem de indivíduos jovens que se enquadravam nos critérios propostos nessa investigação.

Ainda no desenho do projeto de pesquisa, se esperava coletar os dados em uma associação ou cooperativa, fato que possivelmente tornaria a amostragem de jovens limitada aos participantes que atuariam direta ou indiretamente no ‘empreendimento solidário’. No entanto, o Assentamento Oziel, atualmente não dispõe dessas organizações (associação ou cooperativa) para produção coletiva de produtos, essa constatação veio logo após os primeiros contatos com o Assentamento. Da mesma forma, se mostrava um fato relevante investigar a realidade encontrada, sobretudo, após ter recebido a informação de que existia uma cooperativa, que foi organizada logo após a conquista do Oziel. Nesse sentido, o histórico de criação do Movimento e a sua constituição como movimento social serviu para resgatar no Oziel os processos pedagógicos implícitos na participação das famílias dos trabalhadores nas atividades do

Assentamento e no MST. Quais os saberes estariam consolidados nas histórias e na cultura dessas famílias que podem ter contribuído na conceituação de trabalho entre os jovens? Portanto, independente das formas de participação dos jovens (eventos específicos, segmentos de organização MST, laser, momentos de formação e ações coletivas dentro do assentamento) a pesquisa seguiu buscando analisar os conceitos de trabalho e indícios de ações solidárias entre os jovens do Oziel.

Eu faço parte da coordenação do assentamento, dessa coordenação é onde que decide o que agente deve fazer no assentamento, aqui tem três núcleo de estudo, de estudo e de decisão, e as decisões tomada, aqui no assentamento ela sai da coordenação, vai pros núcleo, depois volta pra coordenação e depois uma grande assembleia, então esse aí é uma forma de cooperação (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

No segundo dia de estada no campo fui convidado participar de uma audiência pública que foi fundamental para entender a importância do MST nos eventos populares e, sobretudo serviu para identificar alguns jovens que integrariam a pesquisa.

Figura 6: Audiência pública do MST



Fonte: Acervo pessoal do autor

Especificamente neste evento foi possível iniciar a investigação de campo através da observação e acompanhamento da participação de alguns jovens no evento. A audiência pública transcorreu com uma programação direcionada para garantir espaço para informes, análises de conjuntura política e manifestações dos cidadãos e movimentos sociais participantes. A audiência foi promovida por iniciativa de uma vereadora da cidade de Ipatinga (MG) que conseguiu reunir no auditório da Câmara

Municipal daquela cidade diferentes representações e dentre elas o MST. Nessa ocasião a principal proposta foi discutir junto aos movimentos sociais a atual conjuntura política nacional e os impactos promovidos pelo Projeto de Emenda Constitucional 55/2016, a PEC 55 que midiaticamente tomou o nome de *PEC dos gastos públicos* e para a maioria dos movimentos sociais como *PEC do fim do mundo*. A relevante participação dos movimentos sociais e sindicatos nessa audiência pública referem-se à proposta de contingenciamento dos investimentos públicos em saúde e educação por 20 anos. Essas medidas provocaram milhares de ações de cunho popular como ocupações de escolas e universidades públicas e particulares em todo país e receberam apoio de grande parte dos movimentos sociais do mundo.

Ao que pareceu o SINDIUTE foi o responsável por reunir os servidores da educação de municípios dos Vales do Aço, Rio Doce, do Jequitinhonha II e do Mucuri na região nordeste do Estado e estendido o convite ao MST. A cidade de Governador Valadares situa-se no vale do Rio Doce sendo a principal cidade de sua bacia, possui uma sub sede do sindicato dos trabalhadores da educação. O convite abertamente estendido a mim foi aceito de antemão e serviu para entender um pouco da dinâmica em participar de um Movimento social como o MST. Ele aconteceu sem muitos detalhes e soou bastante impactante: *“Você gostaria de participar de um ato conosco? Vai ser na cidade de Ipatinga, no formato de uma aula aberta e será conduzida pelo SINDIUTE, é uma oportunidade muito boa pra observar a participação da juventude aqui do Oziel. Te aconselho levar uma peça de roupa a mais, escova de dentes e toalha, a gente não sabe ao certo quando volta”*. Diante do convite pareceu que minha anfitriã não tinha muitas informações acerca da programação que aconteceria depois da audiência pública, e que depois transcorreria na cidade de Ipatinga uma extensa programação para o dia seguinte.

Ainda na audiência pública foram observadas as atuações de movimentos como: Levante Popular da Juventude, MST e representações discentes e docentes das escolas ocupadas da região do Vale do Aço. Contando com minha anfitriã que possui a atribuição de Coordenação Regional do Movimento, eram mais 03 participantes do MST todos ligados à juventude, sendo 01 deles assentado no Oziel Alves e os demais moradores de outros assentamentos da região. Durante a audiência, as participações desses jovens pautaram-se em entoar palavras de ordem e apoiarem as instituições que se afirmavam como contrárias às ações do governo federal. Como programação do

SINDIUTE, foi previsto a visita a uma escola estadual ocupada por estudantes secundaristas na cidade de Timóteo, também no Vale do Aço. Nessa escola estava previsto um jantar como forma de demonstração de apoio ao movimento dos estudantes aproveitei para me inteirar da programação do dia seguinte, posteriormente seguimos para cidade de Acesita onde passamos a noite. Na manhã do dia seguinte participamos de um ato com o título de: “Conferência de Educação dos Vales: Vale do Aço, Jequitinhonha II, Mucuri e Rio Doce – Educação e Resistências – Por uma educação libertadora”. O evento foi a consolidação de uma série de conferências que seriam promovidos pelo SINDIUTE no estado de Minas Gerais e que teria culminância em um encontro estadual de educadores que aconteceria na cidade de Belo Horizonte.

A conferência aconteceu na sede do sindicato dos metalúrgicos da cidade de Acesita, com apoio da CUT, possuía programação estendida e variada com proposta de atividades na parte da manhã e tarde. Essa conferência foi fundamental para constatação e observação das juventudes que participavam do evento em sua grande maioria ligadas a movimentos sociais que não assumiam a educação como principal bandeira de lutas, contudo, eles fazem uma leitura conjectural de sucessivos ataques às classes trabalhadoras e populares, para justificar a participação direta na conferência. Os jovens do MST vestiam camisetas do Movimento e permaneceram em grupo durante todas as atividades, entoavam canções de protesto e puxavam palavras de ordem, quando eram cabidos. Mas sempre se afirmavam como integrantes do MST que integravam a luta por não concordar com a perda de direitos dos trabalhadores.

Figura 7: Conferência dos Vales – Trabalhadores em Educação



Fonte: Acervo pessoal do autor

Durante as atividades da manhã os jovens se demonstraram atentos às falas dos conferencistas convidados, tomando notas das colocações e discutindo intervenções e pontos de vista, ocasionalmente os jovens iam até minha anfitriã para colher uma opinião. Durante a tarde na programação estava previsto a divisão dos conferencistas em grupos de trabalho (GT's) para discussão das temáticas, e posterior socialização das impressões. A escolha do GT aconteceu de forma livre e a temática escolhida pelos integrantes do MST foi: “A Marginalização dos Movimentos Sociais”. A coordenação do grupo ficou a cargo da minha anfitriã, que procurou conduzir os trabalhos de forma bastante democrática. A discussão foi iniciada com comentários acerca das ações da polícia do Estado de São Paulo contra integrantes do Movimento que estavam na Escola Nacional Florestan Fernandes e a repercussão midiática desse fato nos meios de comunicação. Outro ponto que serviu para ampliar o debate foi a situação das escolas ocupadas pelos estudantes secundaristas. Esse movimento de iniciativa das juventudes em ocupar as escolas teve proporção nacional e também forte repercussão internacional. Contudo, o que foi veiculado nas grandes mídias referia-se à criminalização e ilegitimidade dos movimentos de ocupação, classificando-os como “vândalos, invasores e marginais”, além de agirem a mando de partidos políticos.

Figura 8: Conferência de Educação dos Vales - Trabalhadores em Educação



Fonte: Acervo pessoal do autor

Durante o retorno à cidade de Governador Valadares foi possível identificar que algumas pessoas faziam informalmente avaliações acerca da participação na Conferência e se organizavam para socializar o fortalecer os movimentos dos estudantes que ocupavam as diversas escolas da região. Com isso, entre os professores surgiam

propostas de socialização do teor das discussões acerca da conjuntura política nacional que estava posta frente a eminência de aprovação das emendas constitucionais, enquanto um grupo menor preparava a prestação de contas com os gastos da viagem outros aproveitavam para descansar.

O acompanhamento e participação nestes eventos foram fundamentais para andamento da investigação, pois proporcionaram convivência e observação de alguns jovens assentados no Oziel que posteriormente contribuíram no processo da pesquisa concedendo entrevistas. As técnicas de observação participante foram fundamentais para confirmação das características apontadas por Roseli Caldart (2012), acerca da multiplicidade de lutas abarcadas pelo MST enquanto *movimento popular de massa*. Os eventos não tinham como objetivo aprofundar diretamente em nenhuma discussão acerca de políticas agrárias, e sim promover uma análise da conjuntura política reformista do governo federal na perspectiva dos trabalhadores em educação, com foco na perda de direitos trabalhistas e os impactos na sociedade. A participação do Movimento contribuiu com o adensamento nas discussões, principalmente para ampliação do olhar sobre os impactos das medidas adotadas pelo governo que impactavam diretamente nas classes populares com a aprovação das propostas de emendas constitucionais que tramitavam na Câmara e Senado Federal.

De volta ao assentamento, a utilização do diário de campo além de servir para registro das atividades, também recebeu as primeiras reflexões acerca da eficiência dos instrumentos metodológicos os quais eu havia preterido ainda nas vias do projeto de pesquisa. Esses registros tiveram grande relevância na definição e no formato em que as entrevistas seriam posteriormente realizadas, bem como a quantidade de jovens que responderiam o instrumento. Essa definição aconteceu em decorrência da observação dos jovens que participaram dos atos promovidos pelo SIND-UTE, na Conferência de Educação dos Vales e no cotidiano do Assentamento, vivenciar os três espaços favoreceram uma análise comparativa acerca das formas e da “intensidade” de participação da juventude do assentamento nas ações do Movimento. Ao socializar minhas reflexões e estratégias na construção dos dados, minha anfitriã prontamente elencou uma lista de nomes de alguns jovens que moravam em casas vizinhas além de outros que estavam em acampamentos próximos na luta pela conquista de outro assentamento num município próximo. Com a intenção de manter o recorte da investigação eu optei por não ampliar a pesquisa até os jovens que viviam outra

realidade (acampados) e nesse sentido, os dados foram construídos os jovens assentados no Oziel Alves, com distintos níveis de participação ou sem o histórico de participação nas atividades do Movimento nem do Assentamento. Frente a essa decisão, me foram apresentados 06 jovens que contemplavam os critérios agora definidos: condição de assentado, participação no Movimento e recorte etário correspondente à categoria utilizada pelo IBGE.

Com a definição de quais os jovens participariam da pesquisa iniciei a adequação dos instrumentos de coleta principalmente da entrevista semiestruturada, que havia sido pensada nas vias do projeto de pesquisa para aplicação em jovens trabalhadores de um empreendimento solidário. Essas adequações praticamente não causaram mudanças na estrutura das questões, nem na intencionalidade na obtenção das respostas que se voltaram para extração do(s) significado(s) atribuídos ao trabalho, tendo como fonte de aprendizado na construção deste conceito a participação no assentamento e nas ações do MST. A entrevista semiestruturada foi pensada de modo a estimular nos jovens algumas narrativas e reflexões pré-estabelecidas acerca do(s) conceito(s) de trabalho. Para tanto foram realizados questionamentos com a proposta de provocar que os participantes externassem algumas reflexões acerca da condição de ser jovem assentado. De modo a nortear a criação deste instrumento foram utilizadas 06 características, apontadas como sendo de grande relevância por Gianotten e de Wit, 1984, na caracterização metodológica da pesquisa participante, sendo elas:

1. A investigação não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto da pesquisa, por isso deve-se buscar a participação ativa da comunidade em todo o processo de investigação.
2. A comunidade tem um acúmulo de experiências vividas e de conhecimentos; existe, portanto, um saber popular que deve servir de base para qualquer atividade de investigação em benefício dela. É a comunidade que deve ser o sujeito da investigação sobre sua própria realidade.
3. A pesquisa participante estabelece assim uma nova relação entre teoria e prática, entendida essa última como a ação para a transformação.
4. O processo de pesquisa participante considera a si mesmo como parte de uma experiência educativa que serve para determinar as necessidades da comunidade e para aumentar a consciência.
5. A pesquisa participante é um processo permanente de investigação e ação. A ação cria necessidade de investigação. A pesquisa participante nunca estará isolada da ação. Dado que não se trata de conhecer por conhecer.
6. A participação não pode ser efetiva sem um nível adequado de organização, ou seja, as ações devem ser organizadas. (GIANOTTEN e de WIT 1984, p. 169).

Portanto, não foi nenhuma coincidência a opção por elaborar 06 questões para compor a entrevista, cada uma das questões foi pensada com a máxima aproximação entre os itens listados acima. Esse critério estabeleceu ao instrumento metodológico a composição por questões geradoras em sua estrutura textual, fato que favoreceu que o participante tivesse tranquilidade em discursar livremente em suas respostas. Sendo assim, foram coletadas 07 (sete) entrevistas, aplicadas individualmente em locais e horários definidos pelos participantes ou por seus responsáveis. Essa dinâmica possibilitou maior qualificação do tempo de observação e favoreceu maior aproximação entre pesquisador e sujeitos pesquisados que totalizaram 06 jovens entrevistados além da Sr^a. Terezinha Sabino, a quem passo chamar doravante de Terezinha.

De modo a cumprir um compromisso firmado com os jovens e/ou seus responsáveis, os mesmos tiveram seus nomes trocados e sua identificação preservada, no entanto, para orientação da leitura e entendimento das características, os jovens receberam os nomes de alguns dos trabalhadores ligados ao MST e que foram brutalmente assassinados nos Estados do Pará e Mato Grosso em virtude de conflitos agrários. Esses e muitos outros trabalhadores chacinados não terão suas vozes caladas no Movimento e terão seus nomes lembrados na história, por tanto os jovens receberam nomes fictícios de: Jane Júlia, Irani da Silva, Francisco Chaves da Silva, Antônio Pereira Milhomem, Josias Paulino e Bruno Henrique Pereira Gomes.

Segue uma breve caracterização dos jovens: Jane Júlia estava desempregada e grávida de 08 meses, Antônio Pereira Milhomem, Francisco Chaves da Silva e Bruno Henrique Pereira Gomes fazem curso Técnico em Agroecologia e Comunicação, oferecidos por intermediação do MST com a Instituição de ensino, o jovem Francisco Chaves da Silva divide sua rotina diária e dedica as tardes exclusivamente para garantir o funcionamento integral do pequeno escritório que o MST mantém no centro da cidade de Governador Valadares, vale dizer que essa atividade foi caracterizada como forma de participação no Movimento, pois apesar a atividade é executada sem nenhuma forma de remuneração. A jovem Irani da Silva fazia curso Técnico em Meio Ambiente no Instituto Federal da região, Josias Paulino fazia curso superior de Enfermagem em uma instituição privada da cidade de Ipatinga. Esse jovem tem um histórico de ativa participação na estruturação do Assentamento, no momento da pesquisa ele estava morando com sua irmã em Ipatinga, que atualmente é médica e que também tem um histórico marcado pela participação na criação do Oziel e nas ações do MST. Vale

ressaltar que ela e o marido cursaram medicina em Cuba, graças à parceria do governo Cubano e o MST. O jovem Josias Paulino consegue arcar com os custos de seus estudos graças ao trabalho que exerce como cuidador do sobrinho. Ele justificou a pouca participação no Oziel devido os estudos. E mesmo distante procura estar atento às demandas do Assentamento, pois costumam visitar os pais semanalmente no Oziel, onde também prestam serviços médicos aos assentados que inspirem cuidados.

Para finalizar também foi entrevistada a Terezinha, que divide seus afazeres entre a administração da casa e as demandas do MST, as quais ela faz questão de atender com vigor que é peculiarmente contagiante. Para condução e elaboração dessa entrevista não foram adaptadas nenhuma das perguntas, visto que a intenção seria de perceber elementos em comum nas respostas dos jovens e de uma referência/liderança no MST. Apesar dos questionamentos terem sido pensados de forma a captar a concepção dos jovens acerca dos sentidos e significados do trabalho, as narrativas da Terezinha trouxeram elementos que podem ser atribuídos aos saberes circulantes na cultura de participação nas ações do MST, que remetem à organização do Assentamento que são relevantes na construção do(s) conceito(s) de trabalho entre a juventude.

A conclusão que se chega após pouco tempo de conversa com a Terezinha é que descrever sua trajetória de vida e a sua representação para o Assentamento, por si só, já garantiria elementos necessários para muitas análises acerca do histórico do MST em Minas Gerais. Contudo, mantive o foco em investigar as juventudes nos objetivos da pesquisa e acrescentei a perspectiva dessa liderança, que concedeu relevantes informações para entender o Movimento e tudo que ele representa na consolidação dos sonhos de muitos trabalhadores do campo e principalmente na configuração do Assentamento.

A narrativa da Sr.^a Terezinha Sabino foi construída e aplicada no mesmo formato descrito e destinados aos jovens. Entretanto, diferentemente da objetividade de extrair as concepções de indivíduos que encontram-se em processo de “vir a ser”, a finalidade dessa narrativa teve o caráter institucionalizado da Coordenação Regional do MST para demonstrar o viés pedagógico, não só da construção do conceito de trabalho, mas da participação na escrita de uma parte da história do país que vem sendo construída aos poucos e com muitas mãos.

Existe vários conceito de trabalho e há o trabalho explorado e também há os trabalho que são educativo, trabalho de auto sustentação. Então aqui no assentamento, por exemplo, eu vejo o trabalho como um meio de vida, de sustentação, que é o trabalho da roça, diretamente com a terra, do capinar, do plantar, de colher (...) o aprendizado da leitura, de vida, do mundo e tem o trabalho educativo, como por exemplo, o trabalho das crianças nas hortas da escola (...) com os valores, da terra, como mãe (...) e eu acho que eu vejo esses diferentes conceitos de trabalho aqui. (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016.).

Os vários significados atribuídos ao trabalho, na definição da Terezinha remetem à importância da participação dos trabalhadores nas ações do Movimento, como forma de significar a vida por meio do trabalho. Dessa forma, o trabalho como *meio de vida*, *de sustentação* demonstram duas diferentes concepções que podem ser descritas como: trabalho alienante ou *explorado* e trabalho libertador quando *educativo*. Essa definição é consequência de uma leitura crítica acerca das relações de trabalho e demonstram a concepção política na formação da identidade dos *Sem Terra*, na qual para o sujeito constituir-se como integrante desse movimento social de massas implica na conscientização da existência uma luta contra hegemônica.

O sem – terra que se chama *Sem Terra*, que se sabe membro de uma organização social que tem objetivos, princípios e uma estrutura organizativa que vai sendo ajustada às novas necessidades que a expansão permanente da sua atuação vai produzindo, mas que mantém como eixo central de sua identidade o modo de ser de um movimento social de massas, dirigido por trabalhadores do campo, e voltado para a realização da Reforma Agrária no Brasil(CALDART 2012, p. 144).

Quando estimulada a discursar acerca da organização setorizada do Movimento, Terezinha destaca o Assentamento como uma *escola do trabalho*, na qual as relações são estabelecidas de forma a reforçarem a importância da coletividade e da participação. Segundo ela, logo após a conquista do Oziel funcionou uma cooperativa no Assentamento ao que pareceu dentro dos princípios autogestionários da economia popular solidária.

Aqui já teve uma... um trabalho de grupo coletivo, (...) enquanto ele durou ele teve sucesso, mas como é muito novo pra sociedade essa questão do trabalho junto, então a cultura, a cultura das pessoas são muito individualista, cultura de desconfiança, isso foi construído há mais de 500 anos e isso não vai ser rompido de um dia pro outro, então essa forma cooperada do trabalho que existiu aqui no assentamento, ela deixou história, deixou muita marca. Por exemplo, as pessoas que participou do coletivo, aqui, (...) quem participou do grupo coletivo, as condições de vida dele, de moradia, sabe, da estética da casa, ela se diferencia do individual, e o próprio

lote, então tem coisas, tem muita coisa no meu lote que eu aprendi no coletivo, no estudo, no curso, que eu aprendi como fazer, que talvez no outro não tem por falta de ter participado desse espaço. Então, esse grupo se desfez, porque teve algumas famílias que quis sair do grupo, então quando quis sair do grupo tinha que pagar pra família aquilo que ele investiu, então não teve jeito, teve que desmanchar tudo e fazer a distribuição dos bens com as família que fazia parte, mas...(Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

Nesse ponto, Terezinha trouxe o que Paul Singer (2002), nos alerta quanto ao risco enfrentado nos empreendimentos solidários que acabam por encerrar suas atividades ou se tornam empresas capitalistas. Segundo esse autor, as causas para tal acontecimento podem ter variadas, sendo uma das principais causas a sucessiva saída de associados e a falta de um fundo de garantia de reserva dos recursos investidos pelos trabalhadores. Outra causa aparente é a busca por garantias trabalhistas por parte dos associados, que por mais que estejam envolvidos com o trabalho, não entendem a atividade como perspectiva de futuro. Contudo, Terezinha sinaliza ter apreendido conhecimentos do período em que participou ativamente do coletivo de trabalhadores, e os utiliza no seu lote dentro do Assentamento na forma organizacional e de técnicas de cultivo.

Isso foi no início, no início do assentamento nós tivemos um trabalho cooperado aqui muito importante. Tinha quem cuidava do gado, tinha um grupo que cuidava do gado, outro grupo que cuidava da produção permanente, o que é produção permanente? É aqui que vai plantar e vai ficar muito tempo, frutífero, por exemplo, né? Tinha outros que cuidava da produção, a gente fala da lavoura branca, que é o plantio de horta, de mandioca, dessas coisas, tinha outro que cuidava da produção do leite, do requeijão, do beneficiamento do leite. Então isso foi muito importante e teve muito aprendizado, só que deixou, né, nós tivemos lá cooperativa (...) e agora nós tamo discutindo a retomada dessa cooperativa, e essa cooperativa vai ser uma cooperativa regional, ela já tá bem adiantado a discussão dela, já tem o terreno, que o próprio assentado aqui fez a doação do terreno pra construir o laticínio e esse laticínio vai ser um trabalho bacana que vai articular com todos os acampamentos e assentamentos que produzir leite, então, vai tá tendo um resfriador em cada assentamento que produz o leite e depois ele vem pra aqui pro assentamento então nós tamos apostando muito porque a gente acredita muito nesse trabalho, então ele já tá bem adiantado. (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

Durante sua narrativa, Terezinha traz reflexões acerca dos conhecimentos que cada sujeito traz da vida e relaciona a conscientização da identidade de *Sem Terra* à participação no Movimento. Essas reflexões remetem à importância de uma leitura de mundo que expõe a natureza individualista dos processos formais de educação, nos

quais o sistema hegemônico induz caracterização e naturalização como normais. Em contra partida, a participação no Movimento desvela no trabalhador *outros valores* igualmente importantes na formação humano dos sujeitos que dele fazem parte.

Porque as pessoas quando vêm pra cá, elas já trazem o conhecimento, porque o conhecimento é processo, então a gente já adquire o conhecimento desde quando nasce, só que a partir do momento que a gente vem participar do Movimento Sem Terra a gente percebe que aquele conhecimento tem muitos deles que vem contribuir, mas tem muitos conhecimentos que a gente traz que a gente vai rompendo também, que é o conhecimento dentro da questão mais individualista, então isso a gente vai rompendo e então quando chega no movimento a gente já percebe que a gente já não é mais um indivíduo, a gente passa a ser uma comunidade coletiva, então cê já vai adquirindo os valores, outros valores, que é da coletividade, da solidariedade, da importância do estudo, o movimento traz isso com muita clareza pra gente, que é importante estudar, que as pessoas precisa de se apropriar do conhecimento. Mas é estudar pra poder saber fazer as intervenções e fazer a leitura do mundo, igual, a conjuntura no movimento, a gente vai pros núcleo e conversa, as próprias pessoas que tão ali e já dá um exemplo disso, então o movimento ajuda nesse sentido aí. (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

Quando questionada acerca das expectativas de futuro e da efetividade da participação das juventudes na organização do Assentamento e nas ações do MST, as respostas indicam uma análise de conjuntura. Sem a qual não existem possibilidades para uma leitura precisa que aponte uma perspectiva de futuro além da continuidade da organização dos movimentos sociais e forte mobilização contra as medidas que estão postas.

Na nossa perspectiva, a gente tem que manter organizado, fazendo o trabalho de base com as famílias, conversando sobre isso, (...) mas dentro da conjuntura do golpe que aconteceu, das PEC que tá sendo votado, cortando direito, então a gente fica achando que vai ficar mais difícil, até 2020, mas isso aí também vai depender da correlação de força da classe trabalhadora, se a classe trabalhadora resolver dar um "sáite" aí e resolver contornar a situação, pode ir à luta, à luta de classe, né? (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

Por fim, vale retomar outro aspecto relacionado à atual condição das juventudes do campo que foi relacionado a uma avaliação da participação política dos jovens. Conforme a opinião de Terezinha, a participação dos jovens ainda não acontece em níveis satisfatórios, na sua análise, ainda faltam políticas públicas que favoreçam a permanência dos jovens em seus locais de origem e favoreçam maior possibilidade de participação da juventude. A participação nas ações do Movimento configuram-se também pelo favorecimento de processos de formação continuada, para favorecimento da aquisição de conhecimento acerca das dimensões da individualidade e da

coletividade como fator de identificação e conscientização. Ainda segundo Terezinha, a participação no MST ressalta demandas de conhecimento que favoreçam aos trabalhadores a possibilidade de uma leitura conjectural, e uma análise acerca da sua condição de trabalhador e da necessidade do aumento da participação das juventudes.

O movimento, ele coloca a gente numa grande necessidade de estudar e a gente vai estudando e quando a gente tá estudando o materialismo histórico, ou alguns pensadores como Karl Marx, o próprio Frei Beto, Florestan Fernandes, então tem os pensadores aí, o Karl Marx, ele traz assim, o trabalho como acho que o definidor da identidade da pessoa, eu, pra mim, o trabalho é muito importante, porque ele define a gente como ser humano, então o que a juventude, ou que um homem ou uma mulher faz, o animal não faz, então o trabalho te define como ser humano. Aí tem uma das coisa que eu até converso muito com os menino e as menina aqui de casa, que são meus filho e minhas filha, que quando a pessoa conhece a gente, a primeira coisa que quer saber é se a gente trabalha e onde a gente trabalha, então ele se torna uma identidade, cria uma identidade a partir do trabalho, mas o mais importante no trabalho, que a gente sabe que qualquer trabalho que a gente vai fazer a mão de obra da gente é explorada, mas o trabalho, ele é essencial pra vida do ser humano, mas, por mais que tenha alguém, que não é o meu caso, que vende a mão de obra, que tem meus filho que trabalha na construção civil, eles trabalham, eles têm... até faz o trabalho deles com prazer, mas há momento também que eles sabem, quando o trabalho tão sendo explorado e quanto o trabalho deles tão sendo digno, né. (Terezinha Sabino, Assentamento Oziel Alves Pereira – 2016).

Para construção das narrativas as questões geradoras foram apresentadas oralmente de modo que todos os participantes respondessem as mesmas perguntas, porém sem uma ordem previamente estabelecida para cada questão. Desse modo os temas abordados puderam ser explorados conforme apareciam nas falas dos participantes e serviam de aportes para construção dos dados. Essa ‘estratégia’ de uso do instrumento de coleta foi bem aceita entre a maior parte dos jovens e atenderam às expectativas de provocar nos jovens a fala de forma livre e reflexiva. As entrevistas foram coletadas individualmente e os participantes relataram as suas impressões com base no olhar do coletivo, que alternavam entre a participação no Assentamento ou no MST, e dessa forma também puderam relatar perspectivas para a vida adulta.

De modo a orientar a leitura, inicialmente foram analisadas as respostas dadas aos questionamentos acerca do(s) significado(s) e do(s) sentido(s) atribuído(s) à(s) atividade(s) de trabalho, bem como descritas as formas de trabalho que existem dentro e fora do assentamento a partir dos olhares dos jovens. Na sequência foram analisadas as contribuições da educação no MST, no uso de saberes relacionados ao trabalho coletivo e solidário que corroboraram no(s) significado(s) de trabalho. Posteriormente foram

analisados apontamentos acerca da participação dos jovens na promoção e desenvolvimento do assentamento e também da participação no MST como local de aprendizagem e das perspectivas de futuro e por último foram analisadas as opiniões dos jovens acerca da participação nas ações do MST e de promoção do Assentamento

Oziel Alves de Oliveira.

5.1O Trabalho no Assentamento Oziel: a produção de significados e sentidos a partir do olhar dos jovens

O processo de construção dos dados foi marcado pela perspectiva condicional das juventudes, de modo a considerar a relevância das escolhas, das trajetórias de vida e, sobretudo, das formas de participação desses jovens no MST como princípio de caráter pedagógico capaz de possibilitar a permanência dos jovens no assentamento e a afirmação da identidade de ser parte das juventudes do campo. Esse processo de conceituação da condição de jovem perpassa pela construção da identidade de '*Ser Sem Terra do MST*' e se integra de modo fundamental para ampliar o entendimento da condição de juventude do campo.

A realidade encontrada no território do Assentamento Oziel e as possíveis mudanças físicas e subjetivas decorrentes da proximidade deste com o meio urbano podem implicar em alterações na cultura dos jovens assentados, com impacto nas formas de ressignificar as relações de trabalho e de participação no MST. O movimento de expansão da cidade de Governador Valadares sinaliza que o território do assentamento tende a passar por processos de urbanização que poderá caracteriza-lo como um bairro de fornecimento de mão de obra de 'emprego flexível' além de descaracteriza-lo do seu formato precípua, COUTINHO (2009).

O termo *emprego flexível* que é utilizado pela autora serve para trazer uma leitura contemporânea acerca da ideia de trabalho, sobretudo com as mudanças que vieram com os sucessivos momentos de ascensão e decadência das sociedades capitalistas. A recorrência dos períodos que marcam a retração desse sistema ao final de suas crises serve para compreensão da ideia de precarização do trabalho defendida na concepção Marxista. Esse processo foi iniciado no século XVIII com capitalismo industrial e marca o entendimento de trabalho na contemporaneidade quando passa a ser entendido como emprego ou trabalho assalariado. Nesse sentido, a 'adaptação' como *emprego flexível* serve para o entendimento de uma categoria de trabalho que envolvem as formas reguladas, tipicamente fordistas e as informais de trabalho (Coutinho, 2009).

Para constatação da percepção diferenciada entre as formas de trabalho desenvolvidas dentro e fora do assentamento, os jovens foram convidados a estabelecer essa diferenciação a partir do instrumento de entrevista semiestruturada. A partir dele os jovens puderam discursar acerca dos significados e sentidos atribuídos às formas de

trabalho. Essas duas percepções, significados e sentidos, não apareceram no mesmo questionamento de modo a não provocar redundâncias nas respostas nem induzir o entendimento das mesmas como sinônimos. Sendo assim, inicialmente eles foram convidados a discursar acerca do *significado do trabalho* e abordar nas respostas os fatos relacionados às vivências no Movimento, bem como seus conhecimentos e estilos de vida e que também diferenciasssem as formas de trabalho dentro e fora do assentamento. O questionamento para captação do *sentido do trabalho* foi feito por último e antes de responder ‘*Qual era o sentido do trabalho?*’ os jovens foram questionados acerca dos níveis de participação da juventude nas ações do Assentamento e do MST, basicamente se este dava-se satisfatoriamente. Esse tópico também tem caráter avaliativo e com esse viés ele será retomado em momento específico.

Para constatação das diferenças estabelecidas entre *sentidos* e *significados*, as análises foram construídas com base nos critérios estabelecidos por Coutinho (2009, p. 192), que relacionam o *sentido* com ênfase ao caráter dialético estabelecido entre objetivo e subjetivo, já do *significado* o destaque dado às relações cotidianas, complementa esse autor que apesar das diferenças, as duas abordagens não separam o sujeito da realidade, sendo *sentido* ou *significado* uma produção concreta das experiências do sujeito, COUTINHO (2009, p. 192).

Trabalho é nossa forma de garantia da vida, né, de sustentação, assim, eu acho. E pra nós, de assentamentos e acampamentos é um trabalho mais ligado à terra mesmo, né, de produção agrícola, mas daí trabalho numa forma geral, assim, eu entendo que é uma forma de sustentação do capital também, exploração da força de trabalho do proletariado, que sustenta, né, o capital. (Irani da Silva – Assentamento Oziel – 2016)

Os significados atribuídos por 04 (quatro) dos jovens entrevistados acerca das atividades de trabalho desenvolvidas no Oziel são descritos como se fossem estritamente voltados para as demandas do trabalho do campo. Essa concepção de trabalho, essencialmente voltada para as demandas da roça aparecem relacionadas às formas de participação no Assentamento e no MST como se fossem condição *sinequa non* para justificar a origem do Movimento e das ações dos assentados pela conquista da terra. Do mesmo modo, aparecem em suas narrativas a interpretação do significado do trabalho na roça como forma de subsistência quando não se separa o trabalho de produção da promoção do próprio sustento.

(...) como a gente vive na zona rural, a maioria, aqui no Oziel mesmo, assim, aqui é um caso assim, né, porque é mais perto da cidade, muita gente sai, trabalha fora, mas geralmente o mais comum é um trabalho mais ligado à terra, de produzir, de você cultivar a terra e colher (...). (Irani da Silva – Assentamento Oziel – 2016)

(...) o trabalho daqui do assentamento com o da cidade tem muita diferença, né? Eu acho, porque aqui a gente mexe com a terra, lá a gente faz outros tipos de trabalho que é trabalho industrial, e aqui é agroecologia, da roça mesmo, agora, da cidade é outro tipo de trabalho (...). (Jane Júlia – Assentamento Oziel – 2016)

(...) tipo, na forma de agricultura, por exemplo, o MST adota a agroecologia, aí a gente trabalha no princípio de agroecologia, né, que é sustentabilidade, tal, essas coisas (...). (Bruno Henrique Pereira – Assentamento Oziel – 2016)

(...) aqui é bem diferente, né, do que a lá de fora, tudo que a gente trabalha aqui é coisas daqui mesmo, coisas da roça, quando cê vai pra cidade, alguma coisa, trabalho, escola, é muito diferente. (...) (Josias Paulino – Assentamento Oziel – 2016)

Os questionamentos que formam a entrevista semiestruturada contemplam a possibilidade de organização e participação das juventudes na criação de uma cooperativa, associação ou empreendimento solidário, essa temática será novamente abordada no próximo tópico. Contudo, não aparecem significados atribuído ao trabalho desenvolvido no Oziel que pudessem ser diretamente relacionados com a ideia promover o desenvolvimento coletivo com a geração de renda nem favorecer a autossuficiência do Assentamento.

(...) tá interligado também, por exemplo, a gente trabalha, produz os alimentos no campo e daí esses alimentos vão ser processados numa fábrica na cidade, (...), que isso vai empregar pessoas do meio urbano, daí vai pro comércio e gera N trabalhos no espaço urbano (...). (Irani da Silva – Assentamento Oziel – 2016)

Entretanto, aparecem nas narrativas significados de trabalho no Assentamento que são atrelados às atividades desenvolvidas para atendimento do coletivo como: atividades escolares, manutenção do assentamento e a preservação ambiental. Vale ressaltar que para esses apontamentos não foi percebida nenhum sentido pejorativo do trabalho desenvolvido.

Todavia, os significados de trabalho atribuídos às atividades desenvolvidas no assentamento, mesmo que tipicamente voltadas para o campo não são desvinculados da concepção dialética da participação e do trabalho no Movimento, essa capacidade é construída desde a infância e consolidada nos processos de formação dos assentados. Haja visto a descrição do perfil dos jovens que participaram dessa investigação, não há necessidade de retoma-los na íntegra mas reiterar a participação dos jovens nos cursos de qualificação profissional com formação técnica e superior.

Quando questionados acerca do *sentido do trabalho*, as narrativas foram de igual modo relevantes e do ponto de vista empírico, pois trouxeram concepções diretamente relacionadas às formas de garantia de sobrevivência por parte da relação comercial estabelecida com as formas de trabalho como produtos dos quais a sustentação da vida depende. Um dos jovens definiu o *sentido do trabalho* como educacional e para construção dessa concepção a identificação como Assentado e como Sem Terra do MST aparecem classificadas como fundamentais. Esse jovem tem atividades regulares de participação na pequena sede que o MST mantém na cidade de Governador Valadares, nesse ‘escritório’ onde são prestados alguns serviços de ordem administrativa da Coordenação Regional do Movimento, como atendimento aos acampados e assentados da região; nele também são mantidos alguns materiais utilizados nos cursos de formação de militância além de servir de espaço para pequenas reuniões. O espaço é pequeno e o aluguel é custeado por instituições colaboradoras. Vale ressaltar novamente que esse ‘trabalho’ é realizado desenvolvido de forma espontânea e cotidianamente pelo jovem de forma colaborativa sem pagamento de salário.

Eu atribuo ao trabalho um valor educacional, porque é igual eu falei, com o trabalho você tem uma certa formação e um certo pensar daquilo, é o que ensina a gente, hoje, enquanto sujeitos, porque o que eu sei até hoje enquanto à questão de trabalho, o que eu sei fazer, o que eu sei pensar, isso desenvolveu tudo no meu assentamento e tudo por forma de trabalho (...) e o trabalho no campo é assim, é essencial pra uma formação, (...) mas que seja um trabalho de pensar, um trabalho de planejamento, alguma coisa assim, isso tudo é essencial (...) (Francisco Chaves da Silva, Assentamento Oziel – 2016).

Além das atividades de participação desse jovem no assentamento e nas ações do MST, ele demonstrava-se empenhado na criação do *Ponto de Cultura: Memória dos Povos do Campo*. Conforme relata o jovem, esse projeto ainda estava em fase de estruturação e no momento enfrentavam dificuldades de ordem burocrática para

adequação do projeto com as exigências do Ministério da Cultura. Ao perceber o entusiasmo que o jovem demonstrava ao falar das suas ideias relacionadas ao desenvolvimento de atividades culturais no Assentamento, eu perguntei se ele já teria desenvolvido algum projeto em conjunto com as escolas, ele se encheu de orgulho e descreveu o acontecimento de um sarau de poesia que eles organizaram enquanto eram alunos. Essa atividade nomeada de *Chá com poesia* foi idealizada inicialmente como atividade escolar e expandiu-se para além dos muros da escola estadual (a única instituição murada no Assentamento) e tornando-se um evento do Assentamento.

(...) a gente criou uma cultura dentro da nossa escola que hoje é muito valorizada e conhecida em Governador Valadares que é o famoso Chá com Poesia, que nasceu dentro da nossa escola, então era uma forma que a professora trabalhava, que a gente, jovens conseguem trabalhar com os alunos, trabalhar de forma alternativa com as coisas utilizando aquilo que não precisa mais pra fazer o Chá com Poesia e era... e é uma coisa boa, hoje em dia, que todo mundo teve um formato de pensar diferente, não o formato de uma sala de aula mas estamos vendo que tão aprendendo mais (...) o trabalho mas de uma outra forma, não pensar, de não ficar recebendo, de não receber em prol daquilo, mas fazer que sabe que lá na frente cê vai receber algo por isso, uma coisa assim, essa é a educação (...). (Francisco Chaves da Silva, Assentamento Oziel – 2016).

A partir da narrativa desse jovem é possível perceber os laços de envolvimento mantidos com o Assentamento, através dos relatos acerca da criação de um curso comunitário de informática básica para atendimento prioritário do Oziel, além das probabilidades de utilização da sua formação técnica em Agroecologia no desenvolvimento local. Infelizmente os planos do curso de informática não progrediram, contudo ele vislumbra utilizar sua preferência pela ‘comunicação’ para o trabalho no Assentamento.

Figura 9: Ponto de cultura do Assentamento Oziel



Fonte: Acervo pessoal do autor

Segundo o jovem Francisco Chaves, as atividades desenvolvidas no Oziel relacionadas aos ensinamentos de informática não continuaram devido o custeio de manutenção dos equipamentos. Da mesma forma, a falta de assessoria técnica e financeira local, bem como as mudanças nas regras da política para autorização foram apontadas como impedimento para aprovação do ponto de cultura *Memórias dos povos do campo*, pelo Ministério da Cultura

5.2 A participação dos jovens no Assentamento Oziel como ato pedagógico

Educação sempre teve andando ao lado da questão do trabalho. Sempre, nas escolas, na própria escola do assentamento que eu estudei (...) tinha educação muito forte lá dentro, (Entrevistado Francisco Chaves da Silva).

O processo pedagógico atribuído à participação das juventudes na organização do assentamento e nas ações do MST é consequência da trajetória histórica do Movimento. A educação pela participação deve-se à capacidade de *circulação de conhecimentos e de saberes* que constituem elementos na formação da identidade do assentado do MST. Esse processo implica diretamente na cultura de pessoas que decidiram se organizar e participar de um movimento social essencialmente formado

por trabalhadores empenhados pela constituição de uma sociedade com igualdade de direitos.

Contudo, vale retomar alguns assuntos já discutidos anteriormente: o primeiro deles é o MST como movimento social, essa leitura remete a experiências vividas pelos trabalhadores nos primeiros assentamentos que, da condição de *sem a terra* mudam para trabalhadores *com terra*. Essa mudança na nomenclatura da condição dos trabalhadores poderia ocasionar alterações nas formas identitárias dos assentados, que precisariam passar por novas etapas de organização para agora com os “*pés no chão*”⁷. Essa reorganização dos trabalhadores foi substituída pela relevância da representação pelo MST, esse entendimento vem da decisão dos assentados continuarem a ter o próprio Movimento como organização representativa. Na qual, o MST abarcasse a multiplicidade de lutas como consequências inerentes à posse da terra, de modo a impedir que o trabalhador retorne à condição social que ocupava antes da conquista da terra. O Movimento passaria a atuar nas lutas por conquistas de estradas, escolas, condições de saúde, melhores linhas de crédito e financiamentos, essas foram demandas que os trabalhadores adquiriram junto com o assentamento e passavam a compor as diversas frentes do MST como Movimento social de massas, CALDART (2012).

A classificação do MST como movimento social deve ser entendida como estruturante na construção do conceito de trabalho, pois abarcam os participantes do Movimento que estejam na condição de crianças, adultos, idosos ou jovens em processos de “vir a ser”. Nas palavras dessa mesma autora: o Movimento possibilita a condição de *enraizamento* do trabalhador através da participação na preservação de saberes do passado e procedimentos no futuro e trazem o entendimento de pertencimento a uma Instituição.

Nesse sentido, os processos educativos que marcam a formação humana desses jovens perpassam diretamente pela participação na organização do Assentamento Oziel e nas ações do MST. Essas duas ‘instituições’ acompanham a trajetória de vida dessa geração de jovens desde a infância e refletem na atualidade com um estilo de vida e de comportamento desenvolvidos a partir das relações deste jovem com o meio, o seu assentamento e a condição de pertencer a uma *família de Sem Terra do MST*. A trama que se forma nessa relação, constitui implicações na educação desses jovens que

⁷*Pés no chão* foi o nome de um breve movimento dado aos assentados do MST que haviam conquistado a terra.

refletem nos *sentidos* e *significados* de conceitos fundamentais para vida, dentre eles o trabalho.

(...) acho que por ter crescido no movimento, e ter nascido debaixo de barraco de lona, desde criança participar de encontros, e essa vivência no MST que me possibilitou participar de debates e encontros (...) isso ajudou a eu ter essa concepção de trabalho como forma de sustentação do capital, como meio de produção de vida, de cultura, de sustentação, de garantia da vida. (...) (Irani da Silva, Assentamento Oziel – 2016).

(...) a gente vai entendendo o mundo de outras formas, né, a gente vai descobrindo a realidade, a realidade, porque tipo, não adianta a gente ficar aqui o tempo todo, parado, sem saber a realidade lá fora, aí a gente vai descobrindo a realidade do mundo (...). (Bruno Henrique Pereira, Assentamento Oziel – 2016).

(...) Ele acaba te direcionando pra um tipo de trabalho, muitas pessoas mesmo opta por agronomia porque vive dentro do assentamento e tudo, minha irmã contribuía antes no setor de educação, hoje é médica, então o que cê vai vivendo lá dentro te direciona pra uma profissão (...). (Josias Paulino, Assentamento Oziel – 2016).

(...) do estudo que a gente tinha preocupação, a gente ficava preocupado, será que se a gente contribuir pro movimento não vai sobrar momentos pra gente encaminhar o nosso futuro, encaminhar as nossas coisas e a gente pôde ver que deu pra assimilar um ao outro, que o movimento em si já é um estudo, uma formação, já traz isso pra gente. (...). (Francisco Chaves da Silva, Assentamento Oziel – 2016).

Entre os 06 jovens investigados, 04 fizeram relevantes associações entre a concepção de trabalho e a educação recebida no assentamento. As ponderações feitas pelos jovens ao falar em educação trazem o entendimento de que o Movimento oferece possibilidades formais e informais de educar-se, pois existem as instituições escolares ligadas ao MST, como as escolas infantis do Movimento que existem desde o primeiro acampamento, Caldart (2012). Todavia parece existir o entendimento da participação na organização do Assentamento como possibilidade de vir a conseguir um dos cursos oferecidos por alguma Instituição parceira. A associação entre educação e participação parece fazer parte da realidade de jovens mais envolvidos com as demandas do assentamento e com as causas do MST. Essa característica remete aos processos identitários ligados ao Movimento, que logo após a conquista dos primeiros

assentamentos, passa a ser entendido como movimento social e posteriormente como *movimento social de massa* em virtude do grande número de assentados que passam integrar suas diversas lutas. Nesse sentido, a concepção de trabalho quando atrelada à participação dos jovens no assentamento remetem à identificação desses jovens como pertencentes ou representados pelo MST.

(...) Assim, né, o interesse no trabalho na Ciranda eu tinha mesmo só contribuir no movimento, já mãe a vida inteira contribuiu, já contribuía na Ciranda e foi pro lado do setor de educação, fez pedagogia, tudo pelo movimento. Ele acaba te direcionando pra um tipo de trabalho, muitas pessoas mesmo opta por agronomia porque vive dentro do assentamento e tudo, minha irmã contribuía antes no setor de educação, hoje é médica, então o que cê vai vivendo lá dentro te direciona pra uma profissão, ainda(...). (Josias Paulino, Assentamento Oziel – 2016).

(...) Educação sempre teve andando ao lado da questão do trabalho. Sempre, nas escolas, na própria escola do assentamento que eu estudei, eu sempre estudei na escola do assentamento depois passei pra escola do bairro. Mas dentro da escola do assentamento, que antes ela era menos conhecida e mais discriminada por ser uma escolinha de Sem Terra e tal, era uma escola acabada, mas tinha educação muito forte lá dentro, que dentro da própria escola existia trabalho pros alunos, não aquele trabalho de ficáindo em sala de aula, aquele modo que a gente vê hoje nessas escolas, dever no quadro, copia, faz uma prova, copia, não, na nossa escola tinha uma certa... tinha educação do campo (...). (Francisco Chaves da Silva, Assentamento Oziel – 2016).

(...) A educação que eu tive aqui é bem diferente, né, do que a lá de fora, tudo que a gente trabalha aqui é coisas daqui mesmo, coisas da roça, quando cê vai pra cidade, alguma coisa, trabalho, escola, é muito diferente (...) é uma comunidade, então a educação que eu sempre tive foi sempre de solidariedade com os outros, tanto o pessoal daqui quanto os outros de fora, mesmo que algumas não são a favor do MST em si, mas a educação em casa é bem diferente (...). (Jane Júlia, Assentamento Oziel – 2016).

Por fim, os dados construídos sugerem uma abordagem qualitativa dos resultados, os quais também poderão servir de subsidio para novos estudos e servir de parâmetros para classificação ou caracterização quantitativa da concepção de trabalho entre os jovens do MST. O texto que segue traz apontamentos e aproximações dos conceitos de trabalho, e sugerem a importância da participação na educação dos jovens e no processo de criação da identidade de ser um Sem Terra do MST. Nesse sentido, as ponderações estabelecidas no histórico de criação do Movimento demonstram que os objetivos que motivaram a sua criação sugerem análises que este estudo também poderá subsidiar, por tanto, seguem as considerações à guisa de conclusão desta pesquisa.

Considerações Finais

Essa investigação aponta a prática participativa dos jovens como elemento pedagógico fundamental para elaboração do sentido do trabalho. Para isso, foi considerada a histórica organização cooperada dos trabalhadores do MST e utilizada a perspectiva da economia popular solidária como princípio educativo e norteador para promoção do desenvolvimento nos assentamentos. A criação do MST perpetua-se na história como uma orgulhosa conquista do movimento popular de organização dos trabalhadores rurais no Brasil, de modo que a sua representação nos assentamentos faz com que esses, se configurem como importantes canais de participação e demonstração da força política popular dos trabalhadores no campo, por meio da organização de lutas, em favor de modificações na estrutura social e promoção do desenvolvimento do trabalho.

A análise das falas sugere a interpretação de que, para os jovens entrevistados na pesquisa, o Assentamento Oziel representa o coletivo no qual as atividades ligadas ao trabalho são homogêneas e estereotipadas como trabalho rural, diretamente ligadas à terra. As falas indicam também que não existe perspectiva de diversificação de atividades, ficando o trabalho no Assentamento, basicamente entendido como forma de subsistência. Para os jovens investigados existem diferenças entre o entendimento de trabalho dentro e fora do Assentamento. Segundo eles, o trabalho no Oziel tem como causa precípua a subsistência do trabalhador e não apontam possibilidades dessa atividade promover a criação de empregos e desenvolvimento para o local.

Segundo os jovens da pesquisa, as atividades de trabalho dentro do Assentamento caracterizam-se por relações de cooperação e solidariedade, nas quais aparecem relatos de organização de mutirões em projetos de recuperação de áreas degradadas e de nascentes, além da criação de espaços destinados à convivência e promoção da saúde. A criação da ‘casa de saúde’ do Assentamento é um espaço que, desde a sua idealização, tende a funcionar com múltiplas funções de cooperação e mobilização que se iniciou com a organização de um canteiro de plantas medicinais para produção de medicamentos naturais, além de contar com espaço adequado para instalação de um consultório médico.

A correlação entre a relevância do trabalho desenvolvido no Assentamento e o trabalho da cidade aparece na narrativa de uma das jovens, na qual ela estabelece a

dependência do trabalho no campo para geração de trabalho na cidade, por meio do comércio de produtos. A jovem descreve que o trabalho assume uma forma de *sustentação do capital*, na qual a relação de dependência entre trabalhador e empregador ganha a forma de *trabalho explorado*. A concepção de que as atividades de trabalho que são executadas fora do Assentamento acontecem de forma exploratória e precária aparecem na fala de outros três jovens e revelam as concepções marxistas que permeiam as formações promovidas pelo Movimento. No entanto, o trabalho desenvolvido na cidade também recebe o sentido de *sustentação*, referindo-se à necessidade de renda financeira para sobrevivência. Da mesma forma, qualificam o trabalho na cidade como forma de *sustentação do capital*, a partir do trabalho assalariado e *explorado*, no qual muitos assentados se submetem a ‘conscientemente’ aceitar. Dessa forma é possível concluir que para os sujeitos da investigação, as atividades de trabalho desenvolvidas dentro e fora do Assentamento apresentam elementos antagônicos quanto a sua finalidade, nos quais podem ser diferenciados quanto aos objetivos, sendo as formas de trabalho dentro do Oziel destinadas à *sustentação do trabalhador* por meio da produção ou comercialização de alimentos, ficando os objetivos externos com foco na sustentação do *capital*. Os sujeitos da pesquisa atribuíram o entendimento das diferentes formas de trabalho diretamente à suas origens familiares, e à participação nos cursos de formação promovidos pelo Movimento. A preocupação com a formação política dos assentados evidencia o caráter pedagógico da divisão setorizada na organização do Assentamento. O MST abarca outras frentes de luta que afirmam o lugar das atividades do trabalho rural como parte importante da sociedade, na qual o jovem tenha consciência que a sua participação reforça a identidade de pertencer ao MST.

A identificação do jovem *Sem Terra* demonstra ser diretamente atrelada ao seu território, ao seu assentamento, acampamento ou ocupação, ao produto da sua luta, da luta de sua família. Portanto, para os jovens dessa investigação, ao serem representados pelo MST e serem assentados no Oziel assumem a identidade de sujeitos que se caracterizam com o lugar, como parte da conquista na qual indiretamente participam e atribuem a ela a razão de existir, de fixar-se e enraizar-se. Nesse sentido, a formação da identidade desses sujeitos compreendem etapas geracionais que se perpetuam num movimento pedagógico de conscientização, educação e trabalho a partir das relações

deste com a terra e, na conscientização da condição de povo oprimido, que faz o sujeito do MST ser organicamente um trabalhador do campo.

Entre os jovens investigados, a formação profissional configura um objetivo comum, com expectativa de alcance dessa meta no prazo de aproximadamente quatro anos. A formação profissional almejada pelos jovens é diversa e não evidencia a interrupção futura com as atividades do Movimento. Ao contrário, serve para legitimar a luta pela construção da reforma agrária popular no Brasil e aponta para continuidade com as atividades do MST, visto que, quatro entre os seis jovens pesquisados faziam o curso de técnico em Agroecologia.

Ao analisar as narrativas dos jovens com histórico de efetiva participação nas ações do Movimento, pode-se concluir que a formação profissional aparece como prioridade para eles. O MST possibilita o acesso das juventudes a esses cursos, considerando a disponibilidade de vagas, participação nos assentamentos e demanda em favorecer o desenvolvimento local. Dessa forma, a participação na organização do Assentamento é qualificada e a organização dos trabalhadores motivada, pois possibilitam a formação profissional e também política dos assentados. Essa prática se difere do atual ‘modismo empreendedor’, muito em voga na lógica do mercado capitalista, pois o jovem torna-se conhecedor das possibilidades de atuação profissional em favor do coletivo, do qual ele já faz parte e se vê enraizado.

Os jovens investigados foram convidados a avaliar o nível de participação da juventude no Assentamento e verificou-se que a negativa aparece em todas as entrevistas e, quase de modo automático, vem atrelada a uma justificativa, que apesar de não ser consensual, aponta alguns possíveis motivos para o desinteresse da juventude. Apesar da variação de justificativas, a procura por emprego aparece indiretamente nas respostas. Essa percepção deve-se, sobretudo à quantidade de jovens que moram com suas famílias no Assentamento e saem para trabalhar na cidade de Governador Valadares. Interpretar essa parte das narrativas suscitou uma constatação: Cinco dos jovens que participaram da pesquisa nunca haviam trabalhado, com exceção da jovem *Jane Júlia* que, apesar de estar grávida à época da entrevista, estava desempregada e declarou que sempre trabalhou “fora do Assentamento”. No entanto, entre os sujeitos entrevistados, um fato foi o empenho com a formação profissional atrelada à participação nas atividades do Assentamento.

Os jovens investigados foram questionados acerca da continuidade na participação das atividades do Movimento, as respostas foram positivas, pois, a partir da narrativa da maioria dos pesquisados, foi possível concluir que a identificação como *Sem Terra do MST* representa a ligação com a produção da vida, e a continuidade na construção de uma sociedade justa. O *Oziel*, mesmo este se mostrando fragmentado pela configuração geográfica, é sólido para uma geração que desponta preocupada com a conjuntura política de um futuro próximo, marcado pelo trabalho, educação e continuidade na participação das ações do MST. Nesse sentido, foi possível conceber que o princípio de solidariedade não advém unicamente de uma proposta de organização econômica, mas surge de um processo educativo ligado à participação no MST como movimento social.

Ademais, a conjuntura política do Brasil atualmente é marcada pela incerteza. O enfraquecimento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) deve-se a sucessivos escândalos de corrupção que envolveram algumas lideranças promoveram a impopularidade do governo e acentuou o desgaste entre a Presidenta (PT) e o seu Vice (PMDB). A baixa popularidade e os referidos escândalos somados aos apelos das grandes mídias que exerceram forte influência em setores da sociedade, sobretudo os mais ricos, que passaram a organizar volumosos atos nas ruas das principais cidades do país pedindo a saída da Presidenta Dilma Rousseff. Os esforços midiáticos foram notoriamente direcionados para caracterizar os movimentos das ruas como populares e aumentavam a pressão contra a continuidade do governo do PT. Toda articulação entre partidos de centro direita e determinados setores da sociedade aliados à grande mídia culminaram na aceitação de um pedido de impedimento (*impeachment*) da Presidenta Dilma Rousseff, com a acusação de cometimento de crime de responsabilidade fiscal, através da aprovação de decretos suplementares sem apreciação prévia do Senado Federal. A tese que sustenta tal ilícito foi amplamente debatida por juristas e auditada por comissões fiscais que não encontravam consenso quanto a responsabilização da Presidenta em tal crime. Por fim, a Câmara dos deputados aprovou o pedido de impedimento e o Senado federal referendou o mesmo e a Presidenta eleita Dilma Rousseff foi deposta do cargo de chefe da nação.

Portanto, esses acontecimentos são relevantes, pois permearam o período de construção dos dados dessa investigação e demonstram marcas de um governo disposto a efetivar reformas constitucionais que alteram as regras de funcionamento de diferentes

setores da sociedade. Essas medidas ressoam, entre os movimentos sociais como retrocessos e caracterizam, segundo eles, significativas perdas de direitos para os trabalhadores. Nesse sentido, todas essas mudanças na conjuntura política nacional serviram também, para promoção de rearranjos na configuração de parte dos movimentos sociais populares, que passam a se assumir categoricamente contrários ao atual governo federal. E o MST ganha posição de destaque frente às lutas contrárias às reformas do governo de Michel Temer, e tem demonstrado essa postura com a intensificação das ações do Movimento na retomada de ocupações de terras, na tentativa de avançar na construção da reforma agrária popular no Brasil.

Por fim, conclui-se que a participação dos jovens no Assentamento Oziel e nas ações do Movimento caracterizam-se pela conscientização das condições que levaram os trabalhadores a se organizarem e decidirem a integrar um movimento de luta pelo trabalho. Dessa forma, é possível entender o trabalho e a participação no Movimento como aportes para promoção da educação e a permanência dos jovens nos Assentamentos. Conclui-se também que a condição de jovem do Oziel se assemelha às demais juventudes que estão em processo de *vir a ser*. Nas quais, as histórias de vida dos assentados servem de influencia, no processo de produção da identidade dos sujeitos investigados, contudo, não servem de garantia para continuidade dessa condição de jovem. Para tanto, deve-se considerar a existência dos projetos de vida que perpassam pela individualidade dos sujeitos, que apesar de possuírem profundas raízes com o Assentamento, são passíveis de constituir um local de jovens avessos à realidade rural e trilharem caminhos diferentes no processo de construção da identidade e da condição de jovem rural.

Referências

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. (orgs.) *Retratos de uma juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios** Ricardo Abramovay ...(et al). Brasília: Unesco – 1998.
- ADAMS, Telmo; FERREIRA Fernanda Carvalho; FRANK Joana; ROCHA Marina. (Julho de 2015). Educação e Economia Solidária: Uma análise das relações de participação e poder. **Educação em Foco**, 25, 227 – 249.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisar – Participar. n: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, S.A. São Paulo – Brasil. 1981 p. 09 – 16.
- BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **Participar – pesquisar:.** In: Carlos Rodrigues Brandão (ORG.) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, (SP). Brasiliense. 1984
- BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>>. Acesso em 24 de novembro de 2015.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra / Roseli Salete Caldart. – 4ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 448 p.
- CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal – estar à responsabilização frente ao destino comum. In: *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 16. Nº 30. 2008.
- COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do Trabalho Contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. Vol. 12, nº 2. pp. 189 – 202, 2009.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César R. Jovens do Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **Cadernos da Anped**, 25º reunião, 2002.
- DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: *Educação e sociedade*. Campinas, vol.28, n. 100 – Especial, p. 1105 – 1128 Out. 2007.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

FALS BORBA, O. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. Editora Brasiliense, S.A. São Paulo – Brasil. 1981 p. 42 – 62

FREIRE, P. (1999). *Educação como Prática de Liberdade (23ª ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

FREIRE, P. (1985). *Educação e Mudança (12ª ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: PICANÇO, I; TIRIBA, L. *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 9 – 17.

GADOTTI, M e GUTIÉRREZ, F. **Educação Comunitária e Economia Popular**. In: Gadotti, M. e Gutiérrez, F. (Orgs.) – 4ª ed. – Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 2005.

GIANOTTEN, Vera & WIT, Ton de. Pesquisa Participante em um contexto de economia camponesa. In: Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, (SP). Brasiliense. 1984.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história / Antônio Gramsci – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUARANÁ de CASTRO, E. Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. In: *Revista Brasileira de Antropologia*, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310860&search=minas-gerais|brasil-de-minas|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

LIMA, L. C. Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia? In: *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 23, 2005 – p.71 – 90.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<http://www.mst.org.br/educacao/>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

MINAYO, M. C. S. - *O Desafio do Conhecimento-Pesquisa Qualitativa em Saúde* - São Paulo: Hucitec, 8ª edição, 2004.

PEIXOTO FILHO, J. P. Puxando o fio da meada: educação popular e produção associada. In: *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 33 – 53.

PETERSEN, F., SOUZA, T. G., LOPES, A. A. relações entre autogestão e cidadania: O papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. In: *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 2014, p. 483 – 495.

PICANÇO, I; TIRIBA, L. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 19 – 32.

ROCHA REIS, Rosana. O direito à terra como direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**. 86: 89 – 122. 2012

SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 96.

SILVA, Enid Rocha da, BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada**. In: Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas / organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília: Ipea, 2016. 329 p.: gráfs. Colo

SILVIA, E. R., & MACEDO, Débora Maria Borges de. In: O Conselho Nacional de Juventude e a Participação dos Jovens do Ciclo de Políticas Públicas. Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafio às Políticas Públicas. Brasília, DF, Brasil: IPEA. (2016). p. 20 – 58.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1ª Ed. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cad. psicol. soc. trab.**, São

Paulo, v.14, n. 1, p.13-29, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151637172011000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jul. 2016.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa Participante em um contexto de economia camponesa**. In: Carlos Rodrigues Brandão (Org.) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, (SP). Brasiliense. 1984.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais*: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD; 7).